

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
------------------------------	---

2. Balanço Patrimonial Passivo	4
--------------------------------	---

3. Demonstração do Resultado	6
------------------------------	---

4. Demonstração do Resultado Abrangente	8
---	---

5. Demonstração do Fluxo de Caixa	9
-----------------------------------	---

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	12
--------------------------------	----

Dmpl - 01/01/2016 À 31/12/2016	13
--------------------------------	----

9. Demonstração de Valor Adicionado	14
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Motivos de Reapresentação	97
---------------------------	----

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	477.641.274
Preferenciais	2.037.905.093
Total	2.515.546.367
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	4.823.562	4.558.976	4.516.735
1.01	Ativo Circulante	470.597	430.653	355.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.997	78.588	37.037
1.01.01.01	Disponibilidades	43.997	78.588	37.037
1.01.03	Contas a Receber	328.867	256.027	244.152
1.01.03.01	Clientes	317.222	244.903	240.365
1.01.03.01.01	Créditos a Receber de Usuários	317.222	244.903	240.365
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.645	11.124	3.787
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	3.881	3.820	3.787
1.01.03.02.02	Títulos e Valores mobiliários	7.764	7.304	0
1.01.04	Estoques	66.777	56.541	47.155
1.01.04.01	Estoques em Almoxarifado	66.777	56.541	47.155
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.011	5.113	2.300
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.011	5.113	2.300
1.01.06.01.01	IRPJ a Recuperar	2.436	2.572	610
1.01.06.01.02	IRRF a Compensar	1.058	1.851	1.690
1.01.06.01.03	CSLL a Recuperar	517	690	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.015	25.777	10.386
1.01.07.01	Adiantamentos a Empregados	18.015	25.777	10.386
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.930	8.607	14.390
1.01.08.03	Outros	8.930	8.607	14.390
1.01.08.03.01	Subdelegação	8.930	8.607	14.390
1.02	Ativo Não Circulante	4.352.965	4.128.323	4.161.315
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.356.936	613.334	401.305
1.02.01.04	Contas a Receber	531.334	369.615	311.876
1.02.01.04.01	Clientes	9.850	9.004	11.709
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	10.135	4.021	38.544
1.02.01.04.03	Subdelegação	497.158	340.589	235.989
1.02.01.04.04	Títulos e Valores Mobiliários	14.191	16.001	25.634

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.07	Tributos Diferidos	237.658	243.719	89.429
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	19.616	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	568.328	0	0
1.02.01.10.03	Ativo de Contrato - CPC 47	568.328	0	0
1.02.02	Investimentos	9	9	0
1.02.02.01	Participações Societárias	9	9	0
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	9	9	0
1.02.03	Imobilizado	307.047	173.389	135.080
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	307.047	173.389	135.080
1.02.03.01.01	Imobilizado Técnico	307.047	173.389	135.080
1.02.04	Intangível	2.688.973	3.341.591	3.624.930
1.02.04.01	Intangíveis	2.688.973	3.341.591	3.624.930
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.688.973	3.341.591	3.624.930

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	4.823.562	4.558.976	4.516.735
2.01	Passivo Circulante	526.873	657.998	746.802
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.872	79.713	54.314
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.872	79.713	54.314
2.01.02	Fornecedores	139.419	218.815	305.692
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	139.419	218.815	305.692
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.172	61.290	55.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.172	61.290	55.343
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Pagar	27.172	61.290	55.343
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	166.038	202.251	247.893
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	136.366	151.928	193.448
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	125.705	143.115	184.736
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.661	8.813	8.712
2.01.04.02	Debêntures	28.979	47.908	51.941
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	693	2.415	2.504
2.01.05	Outras Obrigações	93.348	38.908	32.030
2.01.05.02	Outros	93.348	38.908	32.030
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	28.831	2.551	17.090
2.01.05.02.05	Consórcios	1.704	4.307	1.364
2.01.05.02.06	Parcelamentos	28.115	24.435	9.561
2.01.05.02.07	Adiantamento Contratual	1.994	1.994	116
2.01.05.02.08	Subdelegação	608	1.744	1.462
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	32.096	3.877	2.437
2.01.06	Provisões	63.024	57.021	51.530
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.024	57.021	51.530
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.951	15.334	13.602
2.01.06.01.06	Provisões para Ferias	46.073	41.687	36.967
2.01.06.01.07	Programa de Desligamento Incentivado - PDI	0	0	961
2.02	Passivo Não Circulante	1.651.047	1.339.253	1.538.979

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	799.670	729.072	817.413
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	452.241	559.187	724.980
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	372.338	482.445	640.972
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	79.903	76.742	84.008
2.02.01.02	Debêntures	346.359	168.123	88.513
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.070	1.762	3.920
2.02.02	Outras Obrigações	613.448	474.278	393.168
2.02.02.02	Outros	613.448	474.278	393.168
2.02.02.02.03	Parcelamentos	19.756	16.253	21.067
2.02.02.02.04	Adiantamento Contratual	4.819	6.813	0
2.02.02.02.05	Subdelegação	497.158	340.589	235.989
2.02.02.02.06	Obrigações Trabalhistas e Tributárias	8.270	19.843	70.027
2.02.02.02.07	Consórcios	83.445	90.780	66.085
2.02.04	Provisões	101.481	43.566	86.555
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	101.481	43.566	86.555
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	73.294	17.605	42.232
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	28.187	25.961	44.323
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	136.448	92.337	241.843
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	136.448	92.337	241.843
2.02.06.03.01	Subvenções/PAC	136.448	92.337	241.843
2.03	Patrimônio Líquido	2.645.642	2.561.725	2.230.954
2.03.01	Capital Social Realizado	2.515.546	2.515.546	2.450.509
2.03.04	Reservas de Lucros	96.761	12.385	4.196
2.03.04.01	Reserva Legal	10.266	4.733	4.196
2.03.04.10	Reserva para Plano de Investimento	86.495	7.652	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-258.012
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.335	33.794	34.261

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.225.696	2.071.271	2.069.417
3.01.01	Receita de Serviço de Água e Esgoto	2.069.054	1.984.438	1.832.722
3.01.02	Receita de Construção	144.979	76.288	226.211
3.01.03	Receitas de Serviços Técnicos	2.563	1.445	1.384
3.01.04	Outorga Subdelegação	9.100	9.100	9.100
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.229.312	-1.110.952	-1.116.459
3.02.01	Custo dos Bens e Serviços Vendidos	-1.084.333	-1.034.664	-890.248
3.02.02	Custo de Construção	-144.979	-76.288	-226.211
3.03	Resultado Bruto	996.384	960.319	952.958
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-732.691	-825.584	-789.681
3.04.01	Despesas com Vendas	-282.520	-194.775	-134.010
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-442.210	-626.138	-650.241
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-322.002	-508.177	-504.472
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-11.525	-11.559	-12.411
3.04.02.03	Provisões/Reversões - Perdas/Recuperação de Créditos	-108.683	-106.402	-133.358
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.278	3.750	1.855
3.04.04.07	Outras Receitas	5.278	3.750	1.855
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.239	-8.421	-7.285
3.04.05.07	Outras Despesas	-13.239	-8.421	-7.285
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	263.693	134.735	163.277
3.06	Resultado Financeiro	-95.637	-73.250	-128.550
3.06.01	Receitas Financeiras	70.931	95.057	107.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.568	-168.307	-235.849
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	168.056	61.485	34.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.014	189.537	64.787
3.08.01	Corrente	-55.370	-36.418	-35.119
3.08.02	Diferido	-2.644	225.955	99.906
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.042	251.022	99.514
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	110.042	251.022	99.514

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,03500	0,07983	0,03249
3.99.01.02	PN	0,00874	0,01996	0,00812

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	110.042	251.022	99.514
4.02	Outros Resultados Abrangentes	614	640	584
4.02.02	Realização do Custo Atribuído	614	640	584
4.03	Resultado Abrangente do Período	110.656	251.662	100.098

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	274.469	357.113	459.071
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	603.555	576.399	522.180
6.01.01.01	Resultado líquido do exercício	110.042	251.022	99.514
6.01.01.02	Depreciações e Armotizações	226.320	210.570	201.142
6.01.01.03	Baixas no Imobilizado/Intangível	-8.258	262	568
6.01.01.04	Consórcios Águas Lindas/Corumbá	0	468	-2.161
6.01.01.05	AVP-Créditos a Receber	987	-1.726	67
6.01.01.06	Encargos, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	117.378	122.255	137.557
6.01.01.07	Juros Capitalizados	5.788	14.215	27.618
6.01.01.08	Perdas e Provisões/Reversões de Créditos de Liquidação Duvidosa Líquida	74.337	133.739	52.184
6.01.01.09	Provisão/Reversão de Contingências Líquidas	71.136	-116	105.867
6.01.01.10	Tributos Diferidos	5.825	-154.290	-100.176
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-357.282	-247.574	-61.224
6.01.02.01	Créditos a Receber de Usuários	-148.489	-133.845	-100.577
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	1.102	-2.813	9.342
6.01.02.03	Estoques	-22.312	-21.616	9.982
6.01.02.04	Desp. Antecipadas e Adiantamento a Empregados	-11.854	-15.391	-3.154
6.01.02.05	Depósito Judicial	-6.114	-104	-32
6.01.02.07	Fornecedores	-82.271	-86.474	26.198
6.01.02.08	Consórcios	-9.938	51	4.668
6.01.02.09	Obrigações Trabalhistas	-41.982	46.970	14.167
6.01.02.10	Obrigações Tributárias	-39.547	-59.381	8.111
6.01.02.11	Parcelamentos	7.183	10.060	-22.667
6.01.02.13	Subdelegações	-1.459	6.065	-6.043
6.01.02.14	Adiantamento Contratual	-1.994	8.691	-1.386
6.01.02.15	Ajuste de Avaliação Patrimonial	393	213	167
6.01.03	Outros	28.196	28.288	-1.885
6.01.03.01	Outras Contas a Receber	-23	26.847	-2.930
6.01.03.02	Outras Contas a Pagar	28.219	1.441	1.045

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-268.309	-115.506	-258.140
6.02.01	Aquisição no Imobilizado	-61.388	-9.804	-7.089
6.02.02	Aquisição no Intangível	-209.460	-109.348	-282.255
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.539	3.646	31.204
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.751	-200.056	-210.523
6.03.01	Integralização/(Redução) de Capital	0	65.037	-4.188
6.03.02	Financiamentos/Empréstimos Capitados	365.314	259.310	230.926
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-354.293	-347.244	-253.989
6.03.04	Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	-98.118	-153.827	-209.275
6.03.05	Títulos e Valores Mobiliários - FIDC	0	-28.999	0
6.03.06	Subvenções	46.723	12.723	27.903
6.03.07	Devolução de Recursos para União	-377	-7.056	-1.900
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.591	41.551	-9.592
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.588	37.037	46.629
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.997	78.588	37.037

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.515.546	0	12.385	0	33.794	2.561.725
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.515.546	0	12.385	0	33.794	2.561.725
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.656	-459	110.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.042	0	110.042
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	614	-459	155
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	614	-695	-81
5.05.02.07	Realização do IRPJ e CSLL Diferidos - Custo Atribuído	0	0	0	0	236	236
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.376	-110.656	0	-26.280
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	5.533	-5.533	0	0
5.06.05	Constituição de Reservas para Investimentos	0	0	78.843	-78.843	0	0
5.06.06	Dividendos a Pagar	0	0	0	-26.280	0	-26.280
5.07	Saldos Finais	2.515.546	0	96.761	0	33.335	2.645.642

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.450.509	0	4.196	-258.012	34.261	2.230.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.450.509	0	4.196	-258.012	34.261	2.230.954
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.037	0	0	0	0	65.037
5.04.01	Aumentos de Capital	65.037	0	0	0	0	65.037
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	251.662	-467	251.195
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	251.022	0	251.022
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	640	-467	173
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	640	-708	-68
5.05.02.07	Realização do IRPJ e CSLL Diferidos-Custo Atribuído	0	0	0	0	241	241
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.189	6.350	0	14.539
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	537	-537	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva para Investimentos	0	0	7.652	-7.652	0	0
5.06.06	Dividendos não Reclamados	0	0	0	17.090	0	17.090
5.06.07	Dividendos a Pagar	0	0	0	-2.551	0	-2.551
5.07	Saldos Finais	2.515.546	0	12.385	0	33.794	2.561.725

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2016 À 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.454.697	0	4.196	-358.110	34.785	2.135.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.454.697	0	4.196	-358.110	34.785	2.135.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-4.188	0	0	0	0	-4.188
5.04.01	Aumentos de Capital	-4.188	0	0	0	0	-4.188
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.098	-524	99.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.514	0	99.514
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	584	-524	60
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	584	-794	-210
5.05.02.07	Realização do IRPJ e CSLL Diferidos-Custo Atribuído	0	0	0	0	270	270
5.07	Saldos Finais	2.450.509	0	4.196	-258.012	34.261	2.230.954

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	2.365.667	2.133.680	2.195.848
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.243.008	2.149.612	1.987.889
7.01.02	Outras Receitas	-30.298	-30.594	-39.706
7.01.02.01	Prescrição/Recuperação de Créditos	-47.238	-44.889	-52.045
7.01.02.02	Outras Receitas	5.277	3.750	1.855
7.01.02.03	Outorga Subdelegação	9.100	9.100	9.100
7.01.02.04	Receita de Serviços Técnicos	2.563	1.445	1.384
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	144.979	76.288	226.211
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.978	-61.626	21.454
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-724.555	-633.839	-773.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-366.746	-387.881	-370.252
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-179.645	-154.513	-158.724
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.077	-1.674	-3.065
7.02.04	Outros	-166.087	-89.771	-241.555
7.02.04.01	Matérias Primas Consumidas	-7.869	-5.063	-8.059
7.02.04.02	Custo de Construção	-144.979	-76.288	-226.211
7.02.04.03	Outras Despesas	-13.239	-8.420	-7.285
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.641.112	1.499.841	1.422.252
7.04	Retenções	-283.665	-208.783	-300.844
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-226.320	-210.570	-201.142
7.04.02	Outras	-57.345	1.787	-99.702
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-57.345	1.787	-99.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.357.447	1.291.058	1.121.408
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.943	93.330	107.299
7.06.02	Receitas Financeiras	69.943	93.330	107.299
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.427.390	1.384.388	1.228.707
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.427.390	1.384.388	1.228.707
7.08.01	Pessoal	730.935	788.605	627.579
7.08.01.01	Remuneração Direta	545.633	603.131	480.307

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.01.02	Benefícios	143.364	141.713	109.413
7.08.01.03	F.G.T.S.	41.938	43.761	37.859
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	393.730	147.956	238.231
7.08.02.01	Federais	378.421	138.155	229.097
7.08.02.02	Estaduais	7.293	6.582	6.338
7.08.02.03	Municipais	8.016	3.219	2.796
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	192.683	196.805	263.383
7.08.03.01	Juros	165.580	166.580	235.849
7.08.03.02	Aluguéis	27.103	30.225	27.534
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	110.042	251.022	99.514
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	110.042	251.022	99.514

Comentários da administração para os exercícios sociais findos em 31 de Dezembro 2018 comparado com o mesmo período de 2017.

Valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Dados Gerais de Atendimento

Tabela 01 Dados Gerais de Atendimento dos Serviços Prestados.

Contratos de Programa e Concessão		Unid.	2018	2017	Variação (Un.)	Variação (%)
Total de Municípios Atendidos pela Saneago		nº	226	225	1	0,44%
Total de Municípios Contrato de Programa		nº	57	38	19	50,00%
Total de Municípios Contrato de Concessão		nº	169	187	(18)	(9,63%)
INDICADORES OPERACIONAIS		Unid.	2018	2017	Variação (Un.)	Variação (%)
	População Atendida	Milhares	5.655	5.577	78	1,40%
	Índice de Atendimento	%	96,90%	96,80%	0,10	0,10%
	Ligações	Milhares	2.148	2.092	56	2,68%
	Economias	Milhares	2.352	2.297	55	2,39%
	Extensão de Rede	Km	30.203	28.182	2.021	7,17%
	Volume Faturado	mil m ³	260.339	263.343	(3.004)	(1,14%)
	Volume Produzido	mil m ³	375.308	381.899	(6.591)	(1,73%)
	População Atendida	Milhares	3.488	3.282	206	6,28%
	Índice de Atendimento Esgoto	%	59,80%	57,00%	3	4,91%
	Índice de Atend. Esgoto Tratado	%	55,70%	52,70%	3	5,69%
	Ligações	Milhares	1.125	1.057	68	6,43%
	Economias	Milhares	1.291	1.219	72	5,91%
	Extensão de Rede	Km	12.817	11.094	1.723	15,53%
	Volume Faturado Esgoto	mil m ³	151.593	146.665	4.928	3,36%
	Volume Esgoto Tratado	mil m ³	140.738	136.772	3.966	2,90%
	Índice de Atendi. Esgoto Tratado	%	92,84%	93,25%	(0,42)	(0,45%)

1.1. Sistema de Abastecimento de Água

No ano de 2018 empresa ampliou sua atuação na prestação de serviços de abastecimento de água no estado de Goiás, em relação à população atendida em 1,40% com índice de atendimento do serviço alcançando 96,90% da população. Houve um aumento do número de ligações faturadas de água da Companhia em 2,68% enquanto a extensão das redes de distribuição de água foi ampliada em 7,17%.

1.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário também houve expansão, a população atendida aumentou, representando um crescimento de 6,28%. Este número representa um Índice de Atendimento de Esgoto de 59,80% do total da população atendida no Estado (municípios em que a Companhia detém concessão).

O número de ligações faturadas de esgoto representou um crescimento de 6,43%. Em relação ao volume faturado de esgoto houve aumento na ordem de 3,36%. Já o volume de esgoto tratado cresceu 2,90%. A tabela 01 apresenta os dados gerais de atendimento dos serviços prestados pela Companhia.

2. Indicadores de Desempenho

O índice de produtividade do quadro de pessoal, medido pela relação de ligações (água + esgoto) por número de empregados, passou de 598,55 lig./emp. para 564,58 lig./emp apresentando uma redução de 5,68%. Em relação ao número de empregados, houve incremento, saindo de 5.261 em 2017 para 5.799 no ano de 2018, o que representa um crescimento de 10,23%. Esse crescimento é reflexo da convocação de empregados aprovados



no concurso público e destinado ao provimento da recomposição do quadro de pessoal após o PDV realizado em 2017.

Tabela 02- Indicadores de Desempenho

Indicadores	2018	2017	Var. %
Quantidade de empregados	5.799	5.261	10,23%
Ligações/Empregado	564,58	598,55	(5,68%)
Economias/Empregado	628,39	668,31	(5,97%)
Índice de Hidromedtação	99,73%	99,70%	0,03%
Índice de Macromedtação	98,53%	96,83%	1,76%
Índice de Perdas	29,51%	28,89%	2,15%

Em relação ao índice de hidromedtação houve aumento de 0,03%, passando de 99,70% para 99,73%, já o índice de macromedtação atingiu 98,53% frente aos 96,83% do mesmo período do exercício anterior. O índice de perdas atingiu um nível médio de 29,51%.

1. Investimentos Realizados

Os investimentos realizados no ano de 2018 totalizaram R\$ 263.577. Deste montante, 42,56% foram investidos em sistemas de abastecimento de água, enquanto que 36,35%, foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, o restante 21,09% foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros. A tabela 3 demonstra as fontes de recursos para realização destes investimentos.

Tabela 03 - Investimento por origem de recurso - 2018

2018	Água	Esgoto	Outros	Total
Oneroso	86.968	74.562	55.593	217.124
Não Oneroso	25.201	21.252	0	46.453
Total	112.170	95.814	55.593	263.577
(%)	42,56%	36,35%	21,09%	100,00%

4. Desempenho do Resultado Financeiro

Em relação as receitas, a Companhia registrou crescimento de 4,26% do faturamento líquido e aumento de 3,76% no resultado bruto, ambos comparados ao mesmo período do ano anterior.

A evolução dos resultados supracitados tem como principais premissas a expansão da base de clientes e elevação do volume faturado de esgoto, bem como o reajuste tarifário autorizado pela AGR (Agência Goiana de Regulação) em julho de 2018, na ordem de 3,37% aplicado a partir de 1º julho de 2018.

Em relação aos custos e despesas podemos subdividi-las em 3 três estruturas: Despesas Comerciais, Administrativas e custos dos serviços. Em relação às despesas comerciais, apresentaram crescimento de 45,05%, enquanto as despesas administrativas tiveram redução de 36,64%. Já os custos com serviços aumentaram 4,80% no ano de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe ressaltar que no segundo semestre de 2017 a Companhia implementou uma revisão no quadro de lotação de pessoal impactando em alocação da classificação contábil das despesas com pessoal. Dessa forma, para analisar a real variação das despesas com pessoal, faz necessário agrupar todo grupo de custos e despesas da referida rubrica e comparar com o mesmo período do exercício anterior. Dessa forma, podemos



perceber que as despesas de pessoal total caíram 7,18% no ano de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme exposto na tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Evolução despesa de Pessoal

	2018	2017	Varição R\$	Varição (%)
Custos dos Serviços				
Pessoal	476.231	443.377	32.854	7,41%
Despesas Administrativas				
Pessoal	261.747	425.610	(163.863)	(38,50)
Despesas Comerciais				
Pessoal	143.193	80.379	62.814	78,15%
Total de Despesas de Pessoal	881.171	943.366	(68.195)	(7,18%)

A queda no custo e despesa de pessoal quando analisada agrupadas refletem as ações realizadas com a implementação do PDV no exercício de 2017. Se analisarmos a representatividade do custo/despesa de pessoal em relação a receita operacional podemos verificar uma participação de despesas saindo de 47,54% em 2017 para 45,59% no ano de 2018.

As Provisões/Reversões/Perdas e Recebimentos de Créditos Prescritos tiveram uma elevação de 2,14%, perfazendo um montante de R\$ (108.683) em 2018, contra os R\$ (106.683) do ano anterior. Esse resultado é decorrente do alto montante de Perdas de Obras e Perdas de Liquidação Duvidosa que ocorreram em 2017 e os saldos não se repetiram em 2018. Contudo Fora registrado cerca de aproximadamente 58 milhões em 2018 a título de Provisão para Contingências, montante que não permitiu a redução nessa rubrica.

No tocante a EBITDA, houve aumento de 41,91%, totalizando no ano de 2018 o valor de R\$ 490.013, enquanto em igual período do ano anterior a EBITDA calculada foi de R\$ 345.305. A recuperação da EBITDA está relacionada aos ganhos auferidos pela implementação do PDV realizado e efetivado no 2º semestre de 2017.

A geração operacional de caixa (margem EBITDA), mensurada nesta análise pela relação entre a EBITDA e faturamento líquido aumentou na ordem de 36,06%, passando de uma margem de 17,31% no ano de 2017 para 23,55% em 2018.

Apresentamos, a seguir, a tabela 4.1 que demonstra a evolução do desempenho financeiro verificados no terceiro trimestre em comento, comparado com o mesmo período do exercício anterior.

A companhia divulga o EBITDA e margem EBITDA ajustado conforme Instrução CVM n.º 527 de 4 de outubro de 2012. Tendo em vista que a EBITDA é um dos principais indicadores utilizados pela companhia para mensurar a performance econômica e financeira, a divulgação do EBITDA ajustado tem como objetivo proporcionar informação suplementar sobre sua capacidade operacional de geração de caixa, mesmo não sendo uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Tabela 4.1 Desempenho do Resultado Financeiro

DESEMPENHO DO RESULTADO FINANCEIRO			
Indicadores Financeiros	2018	2017	Variação %
Faturamento líquido	2.069.054	1.984.438	4,26%
Receita de Construção	144.979	76.288	90,04%
Receita de Serviços Técnicos	2.563	1.445	77,37%
Outorga Subdelegação	9.100	9.100	0,00%
Custo de Serviços	(1.084.333)	(1.034.664)	4,80%
Custo de Construção	(144.979)	(76.288)	90,04%
Resultado bruto	996.384	960.319	3,76%
Despesas Comerciais	(282.520)	(194.775)	45,05%
Despesas Administrativas	(322.002)	(508.177)	-36,64%
Outras Receitas e Outras Despesas Operacion	(7.961)	(4.671)	70,43%
Depreciação/Amortização	226.320	210.570	7,48%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(108.683)	(106.402)	2,14%
Despesas Tributárias	(11.525)	(11.559)	-0,29%
EBITDA¹	490.013	345.305	41,91%
Margem da EBITDA	23,55%	17,31%	36,06%
Depreciação/Amortização	(226.320)	(210.570)	7,48%
Despesas Financeiras	(95.637)	(73.250)	30,56%
IRPJ/CSLL Diferido	(2.644)	225.955	-101,17%
IRPJ/CSLL	(55.370)	(36.418)	52,04%
Lucro Líquido	110.042	251.022	-56,16%

Tabela 4.2 - Desempenho do Resultado Financeiro Ajustado

DESEMPENHO DO RESULTADO FINANCEIRO			
Indicadores Financeiros	2018	2017	Variação %
Faturamento líquido	2.069.054	1.984.438	4,26%
Receita de Construção	144.979	76.288	90,04%
Receita de Serviços Técnicos	2.563	1.445	77,37%
Outorga Subdelegação	9.100	9.100	0,00%
Custo de Serviços	(1.084.333)	(1.034.664)	4,80%
Custo de Construção	(144.979)	(76.288)	90,04%
Resultado bruto	996.384	960.319	3,76%
Despesas Comerciais	(282.520)	(194.775)	45,05%
Despesas Administrativas	(322.002)	(508.177)	-36,64%
Outras Receitas e Outras Despesas Operacion	(7.961)	(4.671)	70,43%
Depreciação/Amortização	226.320	210.570	7,48%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos			-
Despesas Tributárias	(11.525)	(11.559)	-0,29%
EBITDA¹	598.696	451.707	32,54%
Margem da EBITDA	28,77%	22,64%	27,08%
Depreciação/Amortização	(226.320)	(210.570)	7,48%
Despesas Financeiras	(95.637)	(73.250)	30,56%
IRPJ/CSLL Diferido	(2.644)	225.955	-101,17%
IRPJ/CSLL	(55.370)	(36.418)	52,04%
Lucro Líquido	110.042	251.022	-56,16%

A EBITDA ajustada, calculada desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa conforme descrito na tabela 4.2 foi mensurada para o ano de 2018 no valor de R\$ 598.696 o que representa um aumento de 32,54% quando comparado com mesmo período do exercício anterior que foi mensurada em R\$ 451.707.

Já a relação entre a EBITDA ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) foi de 28,77%, o que representa um aumento de 27,08% quando comparado com o montante do fechamento do ano anterior que obteve uma margem de 22,64%.

4.1 Receita Bruta de Vendas

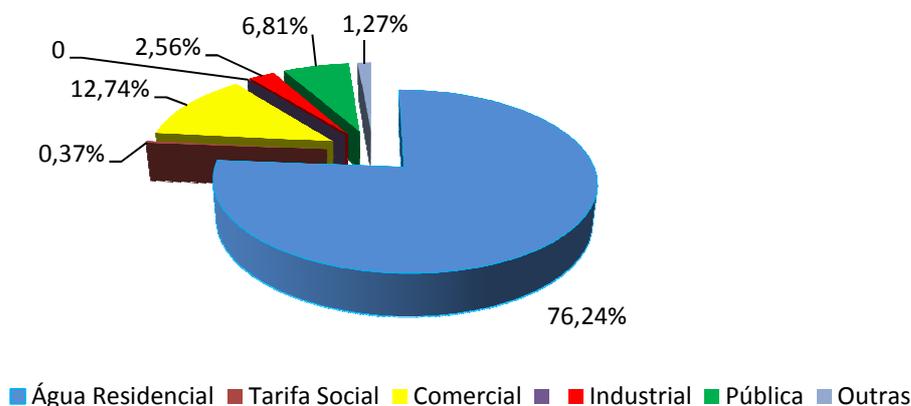
O aumento na receita bruta de vendas foi de R\$ 93.725 o que representa um crescimento de 4,36%, perfazendo uma receita bruta total de R\$ 2.244.706 no período, contra R\$ 2.150.981 de receita bruta auferida no mesmo período do ano anterior, conforme pode ser observado na tabela 5 abaixo.

Tabela 05 Receita Bruta de Vendas

RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Receita por Tipo de Serviço	2018	2017	Var. %
Tarifa Residencial	1.003.794	981.521	2,27%
Tarifa Comercial	136.737	131.783	(3,76%)
Tarifa Industrial	32.984	32.377	1,87%
Tarifa Pública	82.605	79.792	3,53%
Tarifa Social	5.048	5.444	(7,28%)
Receitas Indiretas de Serv.	21.785	19.546	11,45%
Custo Mínimo Fixo	311.284	296.173	5,10%
Total água	1.594.237	1.546.636	3,08%
Tarifa Residencial	456.089	436.014	4,60%
Tarifa Comercial	107.191	102.434	4,64%
Tarifa Industrial	16.121	15.182	6,18%
Tarifa Pública	47.806	46.050	3,87%
Tarifa Social	2.076	2.180	(4,79%)
Receitas Indiretas de Serv.	2.518	718	250,76%
Custo Mínimo Fixo	6.607	-	-%
Total esgoto	638.408	602.578	5,95%
Receita a Faturar de Água/Esgoto	12.061	1.767	582,56%
Receita Bruta	2.244.706	2.150.981	4,36%
Deduções	175.654	166.544	5,47%
Receita Líquida	2.069.052	1.984.437	4,26%

Em relação a segmentação de clientes destacamos que a categoria residencial concentra a maior fatia dos clientes da companhia com uma participação de 76,24% da receita operacional total dos serviços prestados. As categorias comercial e pública representam 12,74% e 6,81% respectivamente.

Gráfico 1 - Segmentação Por Categoria de Cliente



Principais variações e causas das observações apontadas no quadro acima

4.1.1 Receitas de abastecimento de Água - A receita total de abastecimento de água teve uma alta de 3,08%, atingindo uma receita total de R\$ 1.594.237, contra os R\$ 1.546.636 do mesmo período do exercício anterior. Esse aumento foi influenciado pelo incremento no número de ligações e pelo reajuste da tarifa.

4.1.2 Receitas de Esgotamento Sanitário - A receita decorrente de esgotamento sanitário aumentou 5,95%, atingindo R\$ 638.408, contra R\$ 602.578 do mesmo período do exercício anterior, resultado da combinação no incremento do número de ligações de esgoto sanitário, elevação do volume de esgoto faturado e reajuste da tarifa.

4.1.3 Deduções da Receita Operacional Bruta - As deduções da receita operacional bruta referem-se aos tributos de PIS, PASEP, COFINS aumentaram 5,47%, passando de R\$ 166.544 para R\$ 175.654. A redução se deve ao aumento da Receita Bruta de Vendas.

4.1.4 Receita Operacional Líquida - A receita operacional líquida atingiu R\$ 2.069.052, contra R\$ 1.984.437 no mesmo período do ano anterior, crescimento de 4,26%. Contribuíram para a elevação da receita operacional líquida o aumento na receita de vendas de água residencial e esgoto, devido ao incremento de novas ligações de água e esgotos ao longo do ano, além do reajuste da tarifa aplicado a partir de 1º de julho de 2018.

4.2 Custos dos Serviços Prestados - Os custos de serviços prestados desconsiderando os de construção, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$ 1.084.040 apresentando elevação de R\$ 49.376, o que representa aumento de 4,77%, conforme demonstrado na tabela de composição de custos dos serviços prestados a seguir:

**Tabela 06- Composição dos Custos dos Serviços Prestados**

Custos dos Serviços	2018	2017	Variação R\$	Var.(%)
Pessoal	476.231	443.377	32.854	7,41%
Material	68.591	78.540	(9.949)	(12,67%)
Energia Elétrica	217.693	190.367	27.326	14,35%
Serviços de Terceiros	101.561	123.568	(22.007)	(17,81%)
Gerais	1.162	19.241	(18.079)	(93,96%)
Sub total	865.238	855.093	10.145	1,19%
Amortização/Depreciação	218.802	179.571	39.231	21,85%
Total	1.084.040	1.034.664	49.376	4,77%

Principais variações e causas dos Custos dos Serviços:

4.2.1 Pessoal - O gasto apurado com pessoal totalizou R\$ 476.231, apresentando um crescimento de R\$ 32.854, valor corresponde a um acréscimo de 7,41%. A principal causa da elevação no período se deve reclassificação contábil dos custos com pessoal.

4.2.2 Material - Os gastos com materiais reduziram em 12,67%.

4.2.3 Energia Elétrica - O custo com energia elétrica totalizou R\$ 217.693, apresentando uma elevação de 14,35% em relação ao período anterior. O aumento no custo de energia elétrica está diretamente ligado ao reajuste tarifária de 26,52% implementada pela Distribuidora de energia elétrica do estado de Goiás em outubro de 2018.

4.2.4 Serviços de terceiros - Os gastos com serviços de terceiros apresentaram redução na ordem 17,81% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Tiveram custo menor os serviços relacionados a leitura, entrega e cadastramento. Cabe mencionar que, nesse item houve também alterações decorrente de reclassificação contábil.

4.2.5 Gerais - Os gastos com despesas gerais tiveram redução de (93,96%).

4.3 - Despesas Administrativas - Os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, apresentou queda de R\$ 186.175 no ano de 2018 perfazendo uma redução de 36,64% no período, conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 07- Composição das Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	2018	2017	Variação R\$	Var.
Pessoal	261.747	425.610	(163.863)	(38,50%)
Material	6.375	4.710	1.665	35,36%
Energia Elétrica	1.815	2.146	(331)	(15,42%)
Serviços de Terceiros	36.169	37.278	(1.109)	(2,97%)
Gerais	9.948	7.629	2.319	30,39%
Sub total	316.054	477.373	(161.319)	(33,79%)
Amortização/Depreciação	5.948	30.804	(24.856)	(80,69%)
Total	322.002	508.177	(186.175)	(36,64%)

4.3.1 - Pessoal - A redução nos gastos apurados com pessoal administrativo no valor de 38,50% se deve basicamente as realocações de pessoal, com nova classificação contábil aliado ao ganho operacional advinda da implementação do PDV no exercício de 2017.

4.3.2 - Materiais - Os gastos com materiais cresceram 35,36%. Dentre os componentes desse grupo que tiveram elevação, destacamos material de informação, segurança e proteção.

4.3.3 - Serviços de Terceiros - Os gastos com serviços de terceiros apresentaram redução de 2,97% apresentando um montante total despendido de R\$ 36.169 contra R\$ 37.278 contabilizados no mesmo período do ano anterior. Nesse item, destacamos serviços de comunicação e serviço de atendimento aos usuários que tiveram significativa redução.

4.3.4 - Despesas Gerais - Estes gastos tiveram aumento de 30,39% no ano de 2018 em relação ao mesmo período de 2017. As despesas com indenizações a terceiros tiveram crescimento nesse grupo de despesa.

4.4 Despesas Comerciais - Os gastos com o sistema comercial da Companhia tiveram crescimento de 45,05% o que representa uma variação de R\$ 87.745, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 08- Composição das Despesas Comerciais

Despesas Comerciais	2018	2017	Variação R\$	Var.
Pessoal	143.193	80.379	62.814	78,15%
Material	1.493	352	1.141	324,19%
Energia Elétrica	1.158	590	568	96,26%
Serviços de Terceiros	77.147	58.162	18.985	32,64%
Gerais	6.291	3.844	2.447	63,66%
Remuneração de Concessão	51.961	51.253	708	1,38%
Sub total	281.243	194.580	86.663	44,54%
Amortização/Depreciação	1.277	195	1.082	554,77%
Total	282.520	194.775	87.745	45,05%

Principais variações são:

4.4.1 - Pessoal - A elevação nos gastos apurados com pessoal foi de 78,15%. Essa elevação nos gastos com pessoal das despesas comerciais é decorrente da nova reclassificação contábil das despesas de pessoal.

4.4.2 - Materiais - Os gastos com materiais subiram 324,19%. Dentre os componentes desse grupo que tiveram avanço, destacamos materiais de conservação e reparação de outros bens.

4.4.3 - Serviços de Terceiros - Os serviços de terceiros tiveram aumento de 32,64%. Destaca-se serviços de limpeza higiene e vigilância e também de reclassificações contábeis nesse item.

4.4.4 - Gerais - Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de R\$ 2.447. Os principais aumentos ocorreram em indenizações a terceiros.

4.5 - Provisão/Reversão/Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos: Constituídas para cobertura de eventuais perdas, consideradas suficientes pela administração e assessores jurídicos, relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis, comerciais e eventuais questionamentos das autoridades tributárias, nas instâncias administrativas e judiciais, através de estimativa confiável do montante da obrigação, conforme permite a deliberação CVM nº 594/09.



São reconhecidas pela Companhia, porque a mesma possui obrigação legal ou não formalizada presente, como consequência de um evento passado, podendo ser provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.

Tabela 09 - Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos			
Reversões	2018	2017	Variação
Perdas Créditos Prescritos	(47.238)	(44.890)	5,23%
Reversão/Provisão de Provisão para Contingência	(57.915)	42.989	-234,72%
Reversão/Provisão Perdas Esperadas de Liquidação Duvidosa	7.978	(61.626)	-112,95%
Reversão/Provisão Perdas Estimadas em Obras	531	(42.475)	-101,25%
Reversão/Provisão Prog. Desligamento Voluntário - PDV	-	962	-
Reversão/Provisão Perdas Estimadas Estoques	(12.077)	(1.362)	786,71%
Reversão/Provisão Perdas de Outros Créditos	38	-	-
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(108.683)	(106.402)	2,14%

Em relação à rubrica que teve maior impacto na elevação das provisões no ano de 2018, destacamos as provisões para contingências que, em 2017 havia registrado um saldo positivo e em 2018 registrou um saldo negativo de R\$ 57.915. Além disso, registrou-se elevação das Perdas Líquidas de Estoque saindo de (1.362) em 2017 para (12.077) em 2018. Sendo assim, o montante final superou o de 2017 em 2,14%.

4.6 Receitas e Despesas Financeiras Líquidas - Refletem os resultados relativos aos rendimentos de aplicações financeiras, receitas com variações monetárias e outros valores a receber, despesas com juros sobre operações de empréstimos, financiamentos, bem como despesas com multas e juros moratórios e descontos concedidos. O resultado financeiro apresentado no período foi de (R\$ 95.637), o montante representou uma variação de 30,56% em relação ao mesmo período de 2017. Houve queda nas despesas financeiras, sendo que as despesas relacionada a variação cambial tiveram os maiores impactos no período, influenciado pela volatilidade na cotação da moeda no período.

4.7 Lucro Líquido - A Companhia alcançou um lucro de R\$ 110.042 no ano de 2018. O lucro auferido deve-se basicamente ao incremento no faturamento líquido e a redução nas despesas com pessoal e serviços de terceiro.

4.7.1 Geração de Recursos ou EBITDA e EBITDA ajustado - A companhia gerou um EBITDA de R\$ 490.013 valor 41,91% superior ao mesmo período do exercício anterior, que foi de R\$ 345.305. Já o EBITDA ajustado fez uma geração de caixa de R\$ 598.696, o que representa um crescimento de 32,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação à margem EBITDA, no ano de 2018 foi apurado uma margem de 23,55% frente aos 17,31% do mesmo período do exercício anterior, enquanto a margem EBITDA ajustada foi de 28,77% frente aos 22,64% do mesmo período do exercício anterior.

Tabela 10 - Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

Receitas e despesas financeiras líquidas				
Descrição	2018	2017	Variação	Var. %
Juros/Multas	50.586	56.788	(6.202)	(10,92%)
Correção Monetária	20.345	28.401	(8.056)	(28,37%)
Variação Cambial	-	9.868	-	-%
Total de Receitas financeiras	70.931	95.057	(24.126)	(25,38%)
Juros/ Encargos e Outras Despesas	(148.715)	(141.766)	(6.949)	4,90%
Correção Monetária	(1.965)	(13.204)	11.239	(85,12%)
Variação Cambial	(14.901)	(11.611)	(3.290)	28,34%
Ajuste a Valor Presente	(987)	(1.726)	739	(42,82%)
Total de Despesas financeiras	(166.567)	(168.306)	1.739	(1,03%)
Resultado financeiro	(95.637)	(73.250)	(22.387)	30,56%

5. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao ano de 2018 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

Em 2018 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas do ativo circulante que aumentou em 9,28%, ao passo que o passivo circulante recuou 19,93%. Dessa forma, houve incremento na liquidez corrente, que passou de 0,644 no encerramento do exercício de 2017 para 0,924 no fechamento do ano de 2018. Além disso, houve também significativa elevação de capital de terceiros¹ de 77,86% no encerramento do exercício de 2017 para 80,91% no fechamento de 2018.

Tabela 11 - Estrutura Patrimonial

Descrição	2018	2017	Variação	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	%
Balço patrimonial				
Ativo circulante	470.597	430.653	39.944	9,28%
Ativo não circulante	4.352.965	4.128.323	224.642	5,44%
Total do ativo	4.823.562	4.558.976	264.586	5,80%
Passivo circulante	526.873	657.998	-131.125	-19,93%
Passivo não circulante	1.651.047	1.339.253	311.794	23,28%
Patrimônio líquido	2.645.642	2.561.725	83.917	3,28%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	4.823.562	4.558.976	264.586	5,80%

5.1 Ativo Circulante

5.1.1 Disponibilidades - As disponibilidades apresentaram um recuo de R\$ 34.591 saindo de um caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 78.588 no encerramento do exercício de 2017 para R\$ 43.997 no fechamento de 2018.

5.1.2 Créditos a receber de Usuários - A rubrica créditos a receber de Usuários aumentou em R\$ 72.319 perfazendo um aumento de 29,53%. Parte da expansão é decorrente do reconhecimento de créditos que estavam classificados anteriormente em não circulante e também no aumento do crédito a receber de usuários públicos.

¹ Participação de Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido)

5.1.3 Estoques - A conta estoques teve um acréscimo de R\$ 10.236, saldo maior de materiais para estações de tratamento, tubos, conexões para redes e adutoras e esgoto. A elevação da referida rubrica está relacionada a retomada dos investimentos da Companhia.

5.2 Ativo não Circulante

5.2.1 O intangível, composto basicamente pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais, teve uma queda de R\$ 652.618, o que representa uma variação de (20%). Contudo, essa forte variação refere-se evidenciação do Imobilizado em Andamento fora do Intangível e dentro da rubrica Ativo de Contrato que consolidou saldo de R\$ 568.328 em 2018.

5.3 Passivo Circulante

5.3.1 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo - Apresentou um saldo de R\$ 137.059 no ano de 2018, contra R\$ 154.343 no fechamento do exercício de 2017. A redução da conta é reflexo do alongamento da dívida com a liquidação antecipada de empréstimos e também da 3ª emissão de debêntures com o desembolso da 5ª Emissão de debêntures realizada em dezembro de 2018.

5.3.2 Fornecedores - A conta de fornecedores de curto prazo apresentou um saldo de R\$ 139.419, contra R\$ 218.815 do fim do exercício de 2017, o que representa redução de 36,28%.

5.3.3 Parcelamentos - Saldo de R\$ 28.115 com aumento de R\$ 3.680 em relação ao período fechamento do exercício de 2017.

5.4 Passivo não Circulante

5.4.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo - Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou queda de 19,19% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017. A redução da conta é decorrente da amortização das dívidas durante o exercício de 2018.

5.4.2 Parcelamentos - Essa conta aumentou em 21,55% no ano de 2018. A expansão deve-se a ao novo acordo firmado com a prefeitura de Goiânia.

5.5 Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido teve crescimento de 3,28%, em relação ao encerramento do exercício de 2017, atingindo um montante de 2.645.642. Tal variação decorre do saldo positivo de R\$ 86.495 em Reservas de Investimento oriundos do lucro no período.



6. Classificação De Risco (Rating)

A Fitch Rating elevou o Rating nacional de longo prazo da Saneamento de Goiás S.A e de suas emissões no âmbito do mercado de capitais em 3 de agosto de 2018. Ao mesmo tempo a agência revisou a perspectiva dos Ratings para positiva de estável. A relação completa das ações encontra-se descritas na tabela 12 abaixo.

Tabela 12. Ratings Saneago S/A

Rating	Classificação Fitch	Perspectiva
Corporativo	BBB+(bra)	Positiva
FIDC IV	AA (bra)	Positiva
Debêntures 4º Emissão	BBB+ (bra)	Positiva
Debêntures 5º Emissão	BBB+ (bra)	Positiva

De acordo com a Fitch "a elevação dos Rating da Saneago reflete a melhora do seu perfil financeiro, a partir do fortalecimento da geração operacional de caixa e da substancial redução dos seus investimentos que resultaram em uma estrutura de capital mais sólida".

A Administração



Saneamento de Goiás S.A.

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice das Notas:

1. Contexto Operacional
2. Base para Preparação das Demonstrações Contábeis e Resumo das Principais Práticas Contábeis
3. Gestão de Riscos Financeiros e Instrumentos Financeiros
4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis
5. Reapresentação das demonstrações contábeis
6. Caixa e Equivalente de Caixa
7. Títulos e Valores mobiliários
8. Créditos a Receber de Usuários
9. Estoques
10. Tributos a Recuperar
11. Depósitos Judiciais
12. Despesas Antecipadas e Adiantamentos
13. Subdelegação
14. Outras Contas a Receber
15. Tributos Diferidos
16. Investimentos
17. Imobilizado
18. Ativo de Contrato
19. Intangível
20. Empréstimos e Financiamentos
21. Obrigações Trabalhistas
22. Obrigações Tributárias
23. Parcelamentos
24. Outras Contas a Pagar
25. Provisão para Demandas Judiciais
26. Negócios Controlados em Conjunto (Consórcios)
27. Benefícios a Empregados
28. Patrimônio Líquido
29. Receita Operacional Líquida
30. Custos dos Serviços e Despesas Comerciais e Administrativas
31. Provisões/Reversões Líquidas
32. Resultado Financeiro Líquido
33. Compromissos Assumidos
34. Seguros
35. Operações com Partes Relacionadas
36. Remuneração dos Administradores
37. Informações Suplementares aos Fluxos de Caixa
38. Operação Decantação

1. Contexto Operacional

A Saneamento de Goiás S.A. - Saneago (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, sem ações em circulação e/ou negociação no mercado, constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, com sede na Av. Fued José Sebba nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ 01.616.929/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, considerado como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como os de drenagem urbana dependerão da implementação técnica na Companhia, e somente serão prestados mediante contratos de prestação de serviços específicos para esta finalidade. Atualmente, a Companhia não possui nenhum contrato de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia já implementou as seguintes ações: (i) adequação do Estatuto Social para atendimento da lei; (ii) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (iii) criação do Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) criação do Comitê de Elegibilidade Estatutário; (v) criação e publicação do Código de Conduta e Integridade; (vi) criação de programa de treinamento dos administradores, gestores e dos conselheiros fiscais e de administração; (vii) elaboração das políticas de porta-vozes, de comunicação e de divulgação de informações, (viii) criação de programa de prevenção de atos de corrupção, de distribuição de dividendos e a de prevenção de conflitos de interesses. Todas essas atividades foram implementadas desde 2016, estando sujeitas a aprimoramento desde então.

A Saneago, até 31 de dezembro de 2018, possui 226 contratos em operação que estão assim distribuídos: em vigor 156 contratos, sendo 99 contratos de concessão e 57 contratos de programa com os municípios, para o fornecimento dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, representando um percentual médio de 87,32% do faturamento. Existem ainda 70 contratos vencidos que representam 12,68% do faturamento, sendo que estes se encontram em fase de negociação e em operação. O prazo médio de concessão dos contratos vigentes é de 23 e de 30 anos respectivamente, contados a partir da data de assunção dos serviços, havendo a possibilidade de prorrogação mediante negociação com cada município. Os contratos possuem o seguinte cronograma de vencimentos: 70 contratos vencidos, 79 contratos a vencer nos próximos 15 anos, 21 contratos a vencer de 15 a 20 anos e 56 contratos acima de 20 anos. A Administração prevê que todos os contratos de concessão resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços.

Abaixo estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de Vencimento	% Faturamento	Tipo de Contrato	Prazo (anos)
Goiânia	Em vigor	04/03/2023	37,52%	Concessão	25
Anápolis	Em vigor	31/01/2023	6,90%	Concessão	20
Aparecida de Goiânia	Em vigor	01/11/2041	4,05%	Programa	30



Saneamento de Goiás S.A.

Valparaíso de Goiás	Em vigor	16/11/2048	2,47%	Programa	30
Rio Verde	Em vigor	01/11/2041	2,41%	Programa	30
Luziânia	Em vigor	01/12/2045	1,98%	Programa	30
Itumbiara	Em vigor	15/06/2022	1,93%	Concessão	20
Formosa	Em vigor	14/03/2025	1,92%	Concessão	25
Planaltina	Em vigor	01/04/2030	1,34%	Concessão	25
Trindade	Em vigor	01/11/2041	1,31%	Programa	30
Jataí	Em vigor	01/11/2041	1,29%	Programa	30
Novo Gama	Em vigor	22/11/2019	1,17%	Concessão	20
Goianésia	Em vigor	15/06/2020	1,12%	Concessão	25
Cidade Ocidental	Em vigor	01/11/2041	1,10%	Programa	30
Águas Lindas de Goiás	Em vigor	18/05/2031	1,02%	Concessão	31
Quirinópolis	Vencido	24/06/2016	1,01%	Concessão	20
Sana Helena de Goiás	Em vigor	17/05/2021	0,99%	Concessão	20
A vencer 01 - 15 anos			7,65%		
A vencer 16 - 30 anos			10,54%		
Vencidos			12,28%		
			100,00%		

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia e representa 37,52% da receita bruta em 31/12/2018 e 31,88% do ativo intangível (37,82 % da receita bruta em 31 de dezembro de 2017 e 33,48% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017).

Conforme Resolução Normativa nº 0125/18 do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR foi concedido reajuste linear de 3,37% para as tarifas de água/esgoto a partir de 1º de julho de 2018.

A autorização para reemissão dessas demonstrações contábeis foi feita pelo Conselho de Administração em 18 de outubro de 2019, e está sendo feita em função dos assuntos descritos na nota nº5.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática que foram anteriormente ajustados para refletir o custo atribuído na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente, assim como exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

2.2 Moeda Funcional

A Moeda funcional praticada pela Saneago é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.3 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize determinadas estimativas e premissas, exigindo da Administração o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Devido a isso, por definição, tais estimativas podem diferir dos resultados reais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de líquida duvidosa

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, é constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes para todos os usuários particulares e públicos com saldos vencidos há mais de 90 dias e para órgãos públicos estaduais com vencimento acima de 60 dias, bem como para os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos usuários. No caso dos valores a faturar, a perda estimada é calculada com base no histórico dos valores de perda do setor privado e público em conjunto em relação à sua base de cálculo, sendo esta estimativa aplicada no montante a faturar.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativa de baixas previstas e o vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão e de programa. A companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos prevê para a Companhia o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, os quais são amortizados de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis considerando também o histórico de renovações dos referidos contratos e, ao final do contrato, o valor eventualmente remanescente do ativo intangível será igual ao residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob contratos de concessão e de programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão e de programa estão descritas na nota 18.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis de contratos de concessão e de programa está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato, juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode

gerar impactos relevantes no resultado das operações.

c) Obrigações previdenciárias e planos de pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido, conforme descrito na nota 26.

O passivo reconhecido no balanço com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data no balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante desconto das estimativas de saídas futuras de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios são pagos (Reais) e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos diferidos sobre a renda com base nos resultados de suas operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade e a Companhia reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados tendo por base: (i) o lucro tributável histórico; (ii) as projeções de lucros tributáveis futuros; e (iii) o tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissa, as quais podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para maiores informações sobre os impostos diferidos, ver nota 15.

e) Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, incluindo contestações de clientes e fornecedores, nas instâncias administrativas e judiciais. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável a necessidade de saída de recursos visando liquidar a obrigação e o respectivo valor pode ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Para maiores informações sobre as provisões para demandas judiciais, ver nota 24.

2.4 Ativos e passivos financeiros

a) Ativo financeiro - classificação:

A Companhia deve classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e sua classificação é determinada no reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não tinha instrumentos financeiros destinados à negociação imediata, mantidos até o vencimento e/ou disponíveis para venda.

b) Passivo financeiro - classificação:

A Companhia deve classificar seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos, e a sua classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros na categoria de “outros passivos” são subsequentemente mensurados usando o método dos juros efetivos para calcular o custo amortizado e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custos de transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do seu valor contábil líquido.

Os passivos financeiros classificados como “outros passivos” compreendem:

- Saldos a pagar a fornecedores (nota 2.13);
- Empréstimos e financiamentos (nota 2.17).

2.5 Receita operacional

a) Receita de serviços de saneamento

A receita de prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é reconhecido no momento do consumo de água. A receita, incluindo receitas ainda não faturada, é reconhecida ao valor justo da contrapartida recebido ou a receber pela prestação do serviço e é apresentada líquido de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, incluindo abatimentos e descontos. A receita incorrida, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada período, é estimada e reconhecida no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receitas a faturar.

Desta forma, a Companhia reconhece sua receita quando: (i) os bens ou serviços são entregues; (ii) o valor pode ser mensurado de forma confiável; (iii) no momento do cumprimento das obrigações de desempenho; e (iv) é provável que os valores serão recebidos.

b) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de concessão e CPC 17 (R1) / IAS 11 Contratos de construção, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias de movimentos,

arrecadação, depósitos para obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais inferiores a 3 meses da data de aplicação e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

2.7 Créditos a Receber de Usuários

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas em valores a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados segregados em circulante e não circulante são corrigidos e descontados a valor presente contra despesas financeiras - AVP, cuja taxa de desconto passou de 0,5% a.m para 1% a partir de 08 de novembro de 2016, conforme Resolução Normativa nº 0080/2016-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e Resolução da Diretoria da Saneago Nº 162/2016.

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Companhia atende ao modelo de perda de crédito esperado e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

2.8 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de obras, são avaliados ao custo médio de aquisição, não superam o valor realizável e estão classificados no ativo circulante, deduzidos das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída com base na política interna da Companhia, sendo provisionado em função da falta de movimentação, ou seja, os itens que estão sem consumo nos últimos 12 meses serão automaticamente classificados como obsoletos.

2.9 Demais Ativos Circulantes

São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que seus valores foram revisados em 2009 para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática no montante líquido de R\$ 47.810. A mais valia registrada no ativo imobilizado foi de R\$ 72.440 em contrapartida na conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Os Tributos Diferidos sobre o total no valor de R\$24.630 foram reconhecidos no passivo não circulante. Estes bens não são reversíveis ao poder concedente e conforme forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores do custo atribuído são transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A Saneago contrata empresa especializada para fazer revisão da vida útil de seus bens e, após emissão do laudo, a depreciação é calculada pelo método linear.

As taxas anuais de depreciação estão assim apresentadas:

Saneamento de Goiás S.A.

Natureza dos Bens	Taxa Depreciação	Natureza dos Bens	Taxa Depreciação
Terrenos	0%	Decantadores e Lagoas de Secagem	4%
Servidões	0%	Equipamentos	10%
Poços	5%	Móveis e Utensílios	10%
Barragens	4%	Veículos	20%
Construções Cíveis	4%	Computadores	20%
Linhas de Transmissão	4%	Software	20%
Tubulações	4%	Máquinas, Tratores e Similares	25%
Reservatório e Tanques de Armazenamento	4%	Obras de Arte	0%
Hidrômetros e Macromedidores	10%	Outras Imobilizações	0%
Ligações Prediais	5%		

2.11 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição (o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação) e/ou construção. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e considerando o prazo final da concessão, dos dois o menor, sendo também o laudo de empresa especializada. A amortização em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária.

Este grupo de contas é composto pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais em linha com a interpretação do ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados a obras em andamento são apropriados ao custo das obras.

A Companhia avalia o ativo intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados à concessão e aqueles que têm vida útil definida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

a) Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo município quando: (i) o município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer a quem deve fornecê-los e a que preço; (ii) o município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomá-la no final da concessão; e (iii) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, são registrados como intangível - bens afetos a concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviços nos quais é previsto o direito de o concessionário receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados

até o final da concessão, que tenham sido realizados pela Companhia com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômica assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovações das concessões, e, portanto, da continuidade da prestação dos serviços.

Historicamente se opera através de renovação das concessões e existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios, portanto não há registro de ativo financeiro.

b) Licenças de Uso de Software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Na avaliação da Administração, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.12 Avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“*Impairment*”)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas (“*impairment*”) estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem dentre outros os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

Foram utilizadas premissas que exigem o uso de estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro e prazo de duração do Contrato de Concessão, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável. A taxa de desconto utilizada foi de 9,11% (taxa WACC). Conforme demonstrado, os ativos poderão produzir resultados suficientes para sua recuperação já que a insuficiência de um Município é suprida pela suficiência de outro (denominado subsídio cruzado).

Adicionalmente, a Companhia adota como critério de *impairment* aquelas obras que se encontram paralisadas há mais de um ano e sem expectativa de geração de caixa, sendo os custos diretos e indiretos provisionados em sua totalidade. Caso ocorra a retomada das obras, é realizado o levantamento das perdas incorridas e são reconhecidas no resultado do exercício. O montante da provisão de *impairment* relacionado a obras paralisadas é de R\$151.475 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$139.845 em 31 de dezembro de 2017).

2.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

2.14 Salários e Encargos sociais

Os salários, incluindo férias, 13º salário a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.15 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, quando devidos, são contabilizados pelo regime de competência, no passivo circulante em contrapartida ao resultado do exercício, e são baseados no lucro tributável do exercício. São calculados com base no lucro tributável, sendo que o Imposto de Renda possui alíquotas vigentes de 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido, e a Contribuição Social com alíquota de 9%.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração de resultado porque exclui receitas/despesas tributáveis/dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis/dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes ao fim de cada exercício. A Companhia avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e reconhece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

b) Impostos diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (provisões para créditos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas utilizando as mesmas alíquotas dos tributos correntes. São reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Os tributos diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade fiscal.

2.16 Tributos e taxas sobre a receita

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pis - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

2.17 Empréstimos e Financiamentos

Registra o montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados em conta redutora no passivo em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, demonstrando desta forma a captação líquida.

Para os ativos qualificáveis (ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou para venda) os custos são capitalizados de acordo com o disposto no item 8 CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Esse método considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação. Portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

As variações cambiais referentes ao financiamento de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são apuradas entre o saldo contábil do empréstimo à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo convertido à taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.

2.18 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferências de propriedade dos riscos e benefícios inerentes ao mesmo. Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional, os quais são reconhecidos como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores decorrentes das contraprestações são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo conforme especificado no contrato. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de circulante e não circulante.

2.19 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado de forma confiável. Se houver obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As obrigações são mensuradas ao valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações contábeis por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando montante da obrigação não pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.20 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

2.21 Benefícios Definidos Concedidos a Empregados

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios de pensão, aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência à saúde são provisionados conforme os procedimentos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1), baseando-se em cálculo atuarial elaborado por empresa especializada. É utilizado o método da unidade de crédito projetada, líquido do valor justo dos ativos do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

2.22 Apresentação de Informações por Segmento

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar as demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: Risco de Mercado, Risco de Crédito Risco de Liquidez e BID.

Os recursos captados de terceiros são corrigidos e ajustados de acordo com as condições pactuadas em cada CCB- Cédula de Crédito Bancário, Debêntures e contratos de financiamentos. O programa de gestão de riscos é executado no momento da prospecção da captação, buscando sempre as melhores condições, uma vez que, a Saneago não utiliza instrumentos financeiros ou derivativos para proteger certas exposições a risco.



Saneamento de Goiás S.A.

(a) Risco de mercado

Risco da taxa de juros de fluxo de caixa

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia refere-se, principalmente, brigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se do saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, Cotação do Dólar, TJLP e TR. Assim, com base na expectativa de mercado para o fechamento desses indexadores no ano de 2018, procedeu-se a simulação de três cenários. Cenário I considera a evolução esperada dos indicadores, já Cenário II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Indicadores	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (FIDC IV)	432.026	4,01%	5,01%	6,02%
CDI ³ (Bancos + Debênture 4ª Emissão)	416.283	6,40%	8,00%	9,60%
Dólar (BID)	90.564	R\$ 3,80	R\$ 4,75	R\$ 5,70
TJLP ² (BNDES)	1.615	6,98%	8,73%	10,47%
TR ¹ (Caixa Econômica Federal)	134.709	0,00%	0,25%	0,50%
Subtotal	1.075.197			
Custo de Transação	(37.789)			
Cotas Subordinadas	(79.036)			
	958.372			
Não sujeito a riscos				
FCO - Cezarina e Silvânia	7.336			
	965.708			

Risco cambial

A Companhia está exposta em decorrência do real frente ao dólar dos Estados Unidos. Este decorre de operações de empréstimos e financiamentos registrados no circulante e não circulante. No caso de desvalorização/valorização do real incorrerá em receita/despesa financeira. A Companhia não mantém operações de hedge ou swap.

(b) Risco de Crédito

Praticamente toda a população do Estado é cliente da Saneago. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Saneago.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e instituições privadas. Há controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para cumprir suas obrigações.

O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme



Saneamento de Goiás S.A.

determinado pelas previsões acima mencionadas.

Risco de Concessão

Os resultados da Saneago dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações o município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não amortizados.

Estimativa do valor justo

A Companhia não possui instrumentos financeiros, ativos mantidos para venda, combinações de negócios, propriedade para investimento e ativos biológicos, mensurados ao valor justo. Os empréstimos são reconhecidos pelo custo amortizado e os recebíveis se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço.

(d) Sensibilidade dívida externa - BID

Em relação ao contrato 1414/OC firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, não há cláusulas no contrato que estipulam a execução de trava de proteção. A Análise de Sensibilidade projetada em dezembro de 2018 para os períodos seguintes apontou elevação no valor esperado da dívida por conta da expectativa de valorização da moeda estrangeira. No âmbito externo, o cenário tem sido de maior volatilidade, pelos riscos gerados por possível deterioração adicional nas economias emergentes, além da intensificação de medidas protecionistas no comércio internacional. Os fatores internos estão relacionados a uma possível frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira. Já para pagamento da parcela vencida em outubro de 2018, a cotação foi de R\$ 3,72. O pagamento da parcela relativo a Abril de 2019, a cotação foi de R\$ 3,83.

Os valores para o dólar destes cenários foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) e notas do COPOM de dezembro de 2018.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida	31/12/2018	31/12/2017
Total dos Empréstimos	965.708	931.323
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(43.997)	(78.588)
(=) Dívida líquida	921.711	852.735
(+) Total do Patrimônio Líquido	2.645.642	2.552.421
(=) Total do Capital	3.567.352	3.405.156
Índice de Alavancagem Financeira	25,84%	25,04%

4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis

4.1 Novas normas, alterações e interpretações contábeis que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018

Novas normas e revisões

Norma	Descrição	Impacto
Alterações à IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido para perdas não realizadas	Descreve sobre tratamento de diferenças temporárias.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis anuais.
Alterações à IAS 7 / CPC 03 (R2) - Iniciativas de melhorias de divulgação	Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento.	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis anuais.
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2015-2017	Alterações às IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades - clarificação do escopo da norma.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis anuais.

4.2 Novas normas, alterações e interpretações contábeis que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	Clarificar a contabilização quando há incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil	Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de	A Companhia está avaliando os efeitos em suas Demonstrações Contábeis do registro de suas operações de arrendamento

Saneamento de Goiás S.A.

mercantil operacional e espera impactos que estão em levantamento.

direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

5. Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, em função da conclusão dos trabalhos de auditoria forense independente realizada em função da denominada “Operação Decantação”, conforme nota 37, procedeu determinados ajustes em suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia também realizou ajustes adicionais em função da existência de deficiências em alguns controles e processos operacionais e financeiros relacionados à conta de estoques, para os quais a Administração teve a oportunidade de obter melhores informações para promover as devidas correções.

Reclassificação Das Demonstrações Contábeis

Adicionalmente, a Companhia reclassificou conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Tais ajustes foram realizados em consonância com os requerimentos do CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os efeitos dos principais ajustes descritos acima são demonstrados nos quadros abaixo:

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)

Ativo	Saldo Publicado	Reclassificação	Ajuste Resultado	Saldo reapresentado	Passivo	Saldo Publicado	Reclassificação	Ajuste Resultado	Saldo reapresentado
Circulante					Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.997	-	-	43.997	Empréstimos e Financiamentos	135.986	1.073	-	137.059
Créditos a Receber de Usuários	317.222	-	-	317.222	Debêntures	28.979	-	-	28.979
Estoques (a) e (b)	64.716	-	2.061	66.777	Fornecedores	139.419	-	-	139.419
Tributos a Recuperar	4.011	-	-	4.011	Consórcios	1.704	-	-	1.704
Títulos e Valores Mobiliários	7.764	-	-	7.764	Obrigações Trabalhistas	100.896	-	-	100.896
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	18.015	-	-	18.015	Obrigações Tributárias	27.172	-	-	27.172
Subdelegação	8.930	-	-	8.930	Parcelamentos	28.115	-	-	28.115
Outras Contas a Receber	3.881	-	-	3.881	Subdelegação	608	-	-	608
	468.536	-	2.061	470.597	Dividendos a Pagar (f)	10.029	18.802	-	28.831
					Adiantamento contratual	1.994	-	-	1.994
					Outras Contas a Pagar	32.096	-	-	32.096
						506.998	19.875	-	526.873
Não Circulante					Não Circulante				
Ativo realizável a Longo Prazo					Empréstimos e Financiamentos	454.384	(1.073)	-	454.384
Créditos a Receber de Usuários	9.850	-	-	9.850	Debêntures	346.359	-	-	346.359
Depósitos Judiciais	50.870	(40.775)	-	10.095	Parcelamentos	19.756	-	-	19.756
Tributos Diferidos (c) e (i)	283.263	(17.173)	(28.432)	237.658	Consórcios	83.445	-	-	83.445
Subdelegação	497.158	-	-	497.158	Provisões Judiciais (h)	130.535	(10.219)	(18.835)	101.481
Títulos e Valores Mobiliários	14.191	-	-	14.191	Subvenções PAC	136.448	-	-	136.448
Despesas Antecipadas	19.616	-	-	19.616	Obrigações Trabalhistas	-	-	-	-
Outras Contas a Receber	40	-	-	40	Obrigações Tributárias	8.270	-	-	8.270
	874.988	(57.948)	(28.432)	788.608	Subdelegação	497.158	-	-	497.158
					Tributos Diferidos Diferidos	17.173	(17.173)	-	-
					Adiantamento Contratual	4.819	-	-	4.819
						1.698.347	(28.465)	(18.835)	1.651.047
Investimentos	9	-	-	9	Capital Social	2.515.546	-	-	2.515.546
Imobilizado	307.047	-	-	307.047	Reservas de Capital (g)	140.413	(140.413)	-	-
Intangível (d)	3.280.455	30.556	(53.710)	3.257.301	Reserva Legal (f)	6.308	3.958	-	10.266
	3.587.511	30.556	(53.710)	3.564.357	Reservas para Investimento (f)	30.088	56.407	-	86.495
					Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.335	-	-	33.335
					Prejuízos Acumulados	-	61.246	(61.246)	-
Total do Ativo	4.931.035	(27.392)	(80.081)	4.823.562	Total do Passivo	4.931.035	(27.392)	(80.081)	4.823.562

Saneamento de Goiás S.A.

Exercício	Rubrica	Descrição	Valor
2015	Estoques	Ajuste de Inventário Físico (a)	9.484
2015	Estoques	Reversão de Perdas em Estoques (b)	1.523
2016	Estoques	Ajuste de Inventário Físico (a)	(3.441)
2016	Estoques	Reversão de Perdas em Estoques (b)	(932)
2017	Estoques	Ajuste de Inventário Físico (a)	(1.288)
2017	Estoques	Reversão de Perdas em Estoques (b)	3.010
2018	Estoques	Ajuste de Inventário Físico (a)	(9.981)
2018	Estoques	Reversão de Perdas em Estoques (b)	3.686
			2.061
2015	Tributos Diferidos	Desreconhecimento de IR/CSLL Diferidos (c)	(4.004)
2016	Tributos Diferidos	Desreconhecimento de IR/CSLL Diferidos (c)	(12.149)
2017	Tributos Diferidos	Desreconhecimento de IR/CSLL Diferidos (c)	(5.875)
2017	Tributos Diferidos	Desreconhecimento de IR/CSLL Diferidos (i)	(6.108)
2018	Tributos Diferidos	Desreconhecimento de IR/CSLL Diferidos (i)	(297)
			(28.433)
2014	Intangível	Provisão para perdas em obras (d)	(12.608)
2015	Intangível	Provisão para perdas em obras (d)	(1.112)
2016	Intangível	Provisão para perdas em obras (d)	(2.734)
2017	Intangível	Provisão para perdas em obras (d)	(37.255)
			(53.709)
Efeito Total			(80.081)



Saneamento de Goiás S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)

	Publicado	DRE	Reapresentado
Receitas Líquidas			
Receitas de Serviços de Água e Esgoto	2.069.054	-	2.069.054
Receitas de Construção	144.979	-	144.979
Receitas de Serviços Técnicos	2.563	-	2.563
Outorga Subdelegação	9.100	-	9.100
	2.225.696	-	2.225.696
Custos			
Custos dos Serviços	(1.084.333)	-	(1.084.333)
Custos de Construção	(144.979)	-	(144.979)
	(1.229.312)	-	(1.229.312)
Lucro Bruto	996.384	-	996.384
Despesas Administrativas	(322.002)	-	(322.002)
Despesas Comerciais	(282.520)	-	(282.520)
Despesas Tributárias	(11.525)	-	(11.525)
Provisões/Reversões (b) e (h)	(99.574)	(9.109)	(108.683)
Outras Despesas Operacionais (a)	(16.925)	3.686	(13.239)
Outras Receitas Operacionais	5.278	-	5.278
	(727.268)	(5.423)	(732.691)
Resultado antes do Resultado Financeiro	269.116	(5.423)	263.693
Resultado Financeiro Líquido	(95.637)	-	(95.637)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	173.479	(5.423)	168.056
IRPJ e CSLL Correntes	(55.370)		(55.370)
IRPJ e CSLL Diferidos (i)	(2.347)	(297)	(2.644)
Lucro Líquido do Exercício	115.762	(5.720)	110.042
Lucro (Prejuízo) por Ação	0,04602		0,04374



Saneamento de Goiás S.A.

Conciliação da Demonstração do Resultado do exercício em 31 de dezembro de 2018:

		Efeitos DRE	
Exercício	Rubrica	Descrição	Valor
2018	Provisões/Reversões	Reversão de Perdas de Estoques (a)	(9.981)
2018	Outras Receitas Despesas	Ajuste de Inventário Físico (b)	3.686
2018	Provisões/Reversões	Reversão Conting. Tributárias (h)	872
2018	Tributo Diferido	Diferido - Reversão Tributária (i)	(297)
			(5.720)
Total			(5.720)

(a) Os ajustes foram realizados após a companhia realizar trabalho de aprimoramento e melhorias em seus controles de estoque com a implantação de novo sistema de gestão (SAP), mudanças na estrutura organizacional, movimentação retrospectiva do inventário físico de estoque, reprocessamento de custos médios e inventário físico de 100% dos itens, realizado em junho de 2019.

(b) A Companhia elaborou a política de obsolescência de estoque tomando como base os resultados obtidos decorrentes do inventário realizado em junho de 2019, considerando como itens obsoletos aqueles que não tiveram aplicações nos últimos 12 meses.

(c) Ajuste de Baixa de tributos diferidos sobre provisão para perdas em obras relacionada a operação decantação, onde foi concluída a auditoria e foi realizado uma provisão na base de R\$64.785, provisionado em 31 de dezembro de 2017, entretanto a natureza desta provisão não permite dedutibilidade (nota nº37).

(d) Em 31 de dezembro de 2017 foram provisionados R\$64.785 para cobertura de possíveis achados no trabalho de auditoria e, em 31 de março de 2019, após a conclusão dos trabalhos de análise Forense os resultados apresentados pela empresa de auditoria forense independente somaram R\$118.494, exigindo o complemento de R\$53.709.

(e) Em atendimento ao CPC 47, com a adoção desta nova norma contábil, a Sanego passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato. Este montante era anteriormente reconhecido como parte do Ativo Intangível e foi, portanto, reclassificado, não impactando a demonstração do resultado. Devido aos métodos de transição adotados pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram rerepresentadas e o impacto da adoção em 1º de janeiro de 2018.

(f) Complemento das Reservas para investimentos, distribuição de dividendos e Reserva Legal, constituída em 31 de dezembro de 2018, que após a rerepresentação acima, houve redução no prejuízo acumulado e conseqüentemente o resultado a distribuir foi majorado.

(g) Efeitos da Realização das Reservas para investimentos no exercício de 2016, autorizada em 2019.

(h) A Administração promoveu revisões nas estimativas e prognósticos para as demandas judiciais tributárias, onde foram identificadas algumas ações que devido a programa de incentivo a quitação de



Saneamento de Goiás S.A.

débitos federais a Companhia resolveu desistir da demanda jurídica e optar pelo parcelamento incentivado das mesmas, porém ainda constavam provisionadas no passivo da empresa como saída provável de recursos. O erro foi corrigido e seus efeitos retificados nos respectivos períodos de sua competência.

(i) IRPJ e CSLL Diferidos sobre a reversão dos processos tributários, mencionados no item anterior (g).

Adicionalmente, a Administração das Companhia efetuou diversas reclassificações e ajustes decorrentes dos ajustes acima e outros nas demonstrações de fluxo de caixa e DVA dos correspondentes exercícios.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/18	31/12/17
Caixa	-	24
Fundo Fixo	348	106
Bancos - Conta Corrente / Arrecadação	12.912	17.768
Bancos - Contas Vinculadas a Obras	5.684	1.232
Bancos - Arrecadação a Liberar (a)	12.053	12.820
Aplicações Financeiras (b)	13.000	46.638
	43.997	78.588

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(a) Refere-se ao float bancário com liberação entre 1 a 3 dias úteis após o ingresso na conta bancária;
 (b) As aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

31/12/18					31/12/17				
Banco	Conta	Aplicação	Valor	Remuneração	Conta	Aplicação	Valor	Remuneração	
Itaú	140956	Fundo PP	342	55,36% CDI	140956	Fundo PP	153	94,56% CDI	
Itaú	2989-4	Fundo PP	1.068	55,36% CDI	2989-4	Fundo PP	41.863	65,06% CDI	
Itaú	02999-3	Fundo FIC	6.546	98,52% CDI	5334-5	CDB	421	92% CDI	
Itaú	14094-9	Fundo PP	130	55,36% CDI	6013-5	CDB	1.610	97% CDI	
BB	6013-5	CDB	1.587	92% CDI	105500-3	CDB	3	96,5% CDI	
Brasil	6544-7	CDB	775	92% CDI	7004392	CDB	1.195	100% CDI	
BBM	701742	CDB	899	100% CDI	23190-0	CDB	10	101% CDI - Curva	
BBM	701866-0	CDB Pós	1.644	100% CDI	600-9	CDB	1.382	97,5% CDI	
Safra	23190-0	CDB	9	101% CDI - Curva	11450-2	CDB	1	97,5% CDI	
			13.000				46.638		

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratarem de aplicações em fundos de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos.



Saneamento de Goiás S.A.

7. Títulos e Valores Mobiliários

Instituição Financeira	Conta	Tipo de Aplicação	Rentabilidade	31/12/18	31/12/17
Circulante					
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	98% /80%do CDI	7.764	7.304
				7.764	7.304
Não circulante					
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	98% /80%do CDI	10.535	13.541
Credit Suisse	55977231	CDB	97,50%CDI	3.656	2.460
				14.191	16.001
				21.955	23.305

A aplicação na CEF refere-se a uma exigência contratual do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como garantia de empréstimos/financiamentos, portanto não está disponível para uso dentro dos próximos 12 meses. A aplicação no Credit Suisse é uma garantia para amortização das parcelas mínimas mensais das Debêntures 2ª emissão. As reservas que se referem a contratos junto ao BNDES cujo vencimento está dentro dos próximos 12 meses, estão classificadas estão no ativo circulante.

8. Créditos a Receber de Usuários

	31/12/18			31/12/17		
	Particular	Público	Total	Particular	Público	Total
Circulante						
Faturados a vencer	88.303	9.082	97.384	89.238	9.595	98.833
A vencer há mais de 30 dias	20.131	6.717	26.848	16.753	5.838	22.591
Vencidos até 30 dias	78.554	7.706	86.260	75.787	7.309	83.096
Vencidos de 31 a 60 dias	25.259	5.995	31.253	25.647	5.580	31.227
Vencidos de 61 a 90 dias	10.504	5.839	16.344	10.576	5.188	15.764
Vencidos de 91 a 120 dias	8.579	5.418	13.998	8.626	4.218	12.844
Vencidos de 121 a 180 dias	14.052	9.601	23.653	13.783	7.748	21.531
Vencidos de 181 a 360 dias	5.279	22.669	27.947	4.303	14.145	18.448
Vencidos de 361 dias a 5 anos	13.450	43.705	57.155	10.940	16.755	27.695
Vencidos acima de 5 anos	4.871	608	5.479	1.113	1.393	2.506
Arrecadação a discriminar	952	-	952	1.135	-	1.135
Estimativa a faturar	88.508	-	88.508	76.447	-	76.447
(-) AVP Créditos a Receber	(918)	(332)	(1.249)	(669)	(261)	(930)
(-) PECLD	(92.981)	(64.328)	(157.309)	(101.037)	(65.247)	(166.284)
Subtotal	264.542	52.680	317.222	232.642	12.261	244.903
Não circulante						
Créditos a receber	16.137	24.892	41.029	13.322	25.195	38.517
(-) AVP Créditos a Receber	(3.703)	(6.354)	(10.056)	(2.616)	(6.772)	(9.388)
(-) PECLD	(6.218)	(14.904)	(21.122)	(5.535)	(14.590)	(20.125)
Subtotal	6.216	3.634	9.850	5.171	3.833	9.004
	270.758	56.314	327.072	237.813	16.094	253.907

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos. Os créditos não recuperáveis baixados para o resultado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 47.238



Saneamento de Goiás S.A.

(R\$ 44.889 em 2017), conforme nota explicativa nº30.

Os créditos com o Governo de Goiás são adicionados para fins tributários, seguindo o art. 6º da Lei 9.430/96, sendo o montante no exercício 2018 de R\$ 3.026 (R\$ 2.028 no exercício de 2017).

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

Saldo em 31/12/17	(186.409)
(+) Reversão de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 30)	<u>(7.978)</u>
Saldo em 31/12/18	<u>(178.431)</u>

9. Estoques

	31/12/18	31/12/17
Materiais para estações de tratamento	10.619	3.819
Materiais para juntas e proteção de tubos	88	899
Materiais e equipamentos elétricos	363	78
Tubos, conexões para redes e adutoras	47.659	55.400
Materiais para ligações prediais	3.667	6.895
Hidrômetros	6.996	4.672
Válvulas e registros	10.337	4.537
Conjunto motor bomba	176	77
Materiais diversos	9.496	4.100
Transf. Estoque de Obras	-	(13.388)
(-) Provisão para Perda Estoque (a)	<u>(22.624)</u>	<u>(10.548)</u>
	<u>66.777</u>	<u>56.541</u>

a) A provisão para perdas em estoque é constituída com base na política da Companhia, sendo provisionados os itens que não foram movimentados nos últimos 12 meses, exceto para itens que compõe a reserva técnica.

A Companhia no 2º trimestre de 2019 concluiu o aprimoramento, melhoria e adequação do seu processo de controle dos estoques, que consistiu nas principais ações:

- Implantação do Sistema de Gestão - SAP;
- Mudança na Estrutura Organizacional do Departamento de Logística;
- Realização de Inventário Físico de 100% dos estoques em junho/19;
- Movimentação retrospectiva de saldos de inventário físico dos estoques;
- Revisão da política adotada para obsolescência dos Estoques;
- Reprocessamento dos custos médios dos estoques.

As ações geraram os efeitos demonstrados na nota explicativa nº5.

10. Tributos a Recuperar

	31/12/18	31/12/17
IRRF	1.058	1.851
IRPJ (a)	2.436	2.572
CSLL (a)	517	690
	<u>4.011</u>	<u>5.113</u>



Saneamento de Goiás S.A.

a) Os saldos existentes em 2017 foram compensados em 2018.

11. Depósitos Judiciais

	31/12/18	31/12/17
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.049	117
Depósitos Judiciais - Cíveis/ tributários	9.046	3.760
	<u>10.095</u>	<u>3.981</u>

O aumento se deu em decorrência de depósitos normais e de um processo do município de Goiânia referente à cobrança de ISS que, para continuar em demanda, a Saneago efetuou depósito judicial de R\$ 4.000.

12. Despesas Antecipadas e Adiantamentos

	31/12/18	31/12/17
Prêmios de Seguros	184	-
Fundo Invest. Direitos Creditórios -FIDC IV (a)	13.255	9.009
Banco do Brasil Investimentos (b)	-	11.054
Adiantamentos para pós-graduação	73	127
Adiantamentos para despesas de viagens	40	79
Fundo Munic. De Saneamento Ambiental	677	-
Adiantamento 13º salário	-	3
Adiantamentos de férias	3.786	5.505
	<u>37.631</u>	<u>25.777</u>
	Circulante	18.015
	Não Circulante	19.616
		25.777
		-

a) Refere-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

b) Prestação de assessoria técnica, no regime de empreitada por preço global, na implementação da oferta pública primária de ações escriturais, liquidada no exercício de 2018.

13. Subdelegação

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através de procedimento licitatório, sendo vencedora a empresa então denominada Foz Goiás Saneamento S.A, (posteriormente denominada BRK Ambiental) cujo contrato nº 1327/2013 efetivou-se em 19 de julho de 2013.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2013 com vigência prevista até 01 de novembro de 2041.

O contrato integra a prestação regionalizada realizada pela Saneago e possui as seguintes características:



Saneamento de Goiás S.A.

- Entidade reguladora a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e intervenientes anuentes os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade;
- Pagamento de outorga à Saneago de R\$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
- Atendimento e ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, em 6 (seis) anos, devendo a universalização atingir no mínimo 90% (noventa por cento) da população atendida com abastecimento público de água;
- Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/faturas únicas para cobrança, corte e religação de água, micromedição entre outras atividades acessórias relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os valores referentes à outorga estão registrados no Ativo Circulante proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. Os investimentos realizados pela subdelegatária e não amortizados estão registrados no Ativo Não Circulante, representando um direito de recebimento pela Saneago, e em contrapartida ao Passivo Não Circulante, que representa uma obrigação da Saneago perante subdelegatária.

	Ativo		Passivo	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Subdelegação	Circulante		Circulante	
Outorga	8.930	8.607	608	1.744
	Não circulante		Não circulante	
Investimentos Sistema de Esgoto	497.158	340.589	497.158	340.589
	506.088	349.196	497.766	342.333

14. Outras Contas a Receber

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Depósitos em garantia	11	-
Consórcio	375	413
Parcelamentos junto a Receita Federal	3.728	3.703
Adiantamentos Diversos	143	117
(-) Provisão para Perdas	(375)	(413)
	3.881	3.820
Não circulante		
Goiás Parcerias	40	40
	40	40



Saneamento de Goiás S.A.

15. Tributos Diferidos

Tributos Diferidos	31/12/2018				31/12/2017			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
Ativos								
PCLD-Créditos a Receber	178.431	44.608	16.059	60.667	186.409	46.602	16.777	63.379
Prov. Perda de Estoque	16.245	4.061	1.462	5.523	14.148	3.537	1.273	4.810
Prov. Perda Investimento	574	144	52	195	640	160	58	218
Prov. Contingências	101.481	25.370	9.133	34.504	43.565	10.892	3.921	14.813
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	94	34	128	413	103	37	140
Prov. Contratos Sem Concessão	32.765	8.191	2.949	11.140	32.765	8.191	2.949	11.140
Prov. Perdas de Obras	151.474	37.869	13.633	51.501	139.845	34.961	12.586	47.547
Prejuízo Fiscal (a)	419.378	53.430	37.744	91.174	350.237	87.559	31.521	119.081
	900.723	173.766	81.065	254.831	768.022	192.007	69.122	261.128
Tributos Diferidos Passivos								
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.508	12.627	4.546	17.173	51.202	12.801	4.608	17.409
				<u>17.173</u>				<u>17.409</u>
				237.658				243.719

No exercício de 2018 houve compensação de prejuízo fiscal com parcelamentos junto à Receita Federal conforme nota 22, letra “a” de R\$ 3.653. (Em dezembro de 2017 de R\$ 71.906.)

Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e às diferenças temporárias/prejuízos fiscais que poderão ser compensadas (em 31 de dezembro de 2018 limitou-se às diferenças temporárias/prejuízos fiscais).

Movimentação do Imposto Diferido

Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/17	261.128
(+) Constituição de ativo fiscal diferido	2.644
(+) Utilização de prejuízo fiscal no PERT	(8.941)
Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/18	254.831
Provisão no resultado do exercício - 31/12/18	
Lucro antes dos impostos	168.056
Alíquota combinada 34%	57.139
(+/-) IRPJ/CSLL sobre adições e exclusões permanentes/temporárias e prejuízo fiscal	54.495
Reversão no resultado do exercício	(2.644)



Saneamento de Goiás S.A.

16. Investimentos

A Companhia possui cotas de investimentos em algumas empresas, na qual não exerce influência significativa no montante de R\$ 583, os quais estão são contabilizados pelo método de custo.

Descrição	31/12/18	31/12/17
CAAB a)	10	10
Comurg	515	515
Metrobus	46	46
Outros	12	78
	583	649
Provisão p/ Perdas	(574)	(640)
	9	9

a) CAAB - A Lei Estadual nº. 15.249 de 15 de julho de 2005 autoriza a criação de empresa subsidiária da Saneago, sob a denominação de Companhia Ambiental de Águas Brasileiras e foro no Município de Luziânia, Estado de Goiás, que tem por objetivo exploração dos serviços de abastecimento de água potável, de coleta e tratamento de esgotos sanitários, de resíduos sólidos e atuação em outras atividades afins, nos municípios goianos situados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Em 15 de fevereiro de 2006, no 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia foi registrada a Companhia Ambiental Águas Brasileiras anotação do Livro nº. 0849, folhas 138/146, protocolo 007235. Não houve atividades operacionais na CAAB desde sua constituição até a presente data.

17. Imobilizado

Imobilizado Técnico	31/12/18	31/12/17
Bens de Uso Geral	158.106	118.562
Bens de Uso Geral em Andamento(a)	113.017	1.382
Bens Custo Atribuído	65.261	65.704
Bens de Uso Geral - Leasing	7.255	7.271
Aportes a Realizar - Consórcio Corumbá	69.367	69.732
Contratos sem Concessão (b)	32.765	32.765
Contratos sem Concessão (b)	(32.765)	(32.765)
Deprec. Acumulada Geral	(87.605)	(72.631)
Deprec. Acumulada - Custo Atribuído	(14.779)	(14.502)
Deprec. Acumulada - Leasing	(3.575)	(2.129)
	307.047	173.389

a) Composição dos bens de uso geral em andamento 31/12/2018:

Bens de Uso Geral (Andamento) - Consórcio Corumbá	67.200
Bens de Uso Geral PAC Corumbá (Andamento) - Consórcio Corumbá	45.817
	113.017

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/17	Adição	Baixa	Deprec./ Amort.	Moviment o Período	Transf. De Obras	Transf. P/ Imob.	Saldo 31/12/18
Bens de Uso Geral	118.562	21.514	(955)	-	17.544	1.441	-	158.106



Saneamento de Goiás S.A.

Bens de Uso Geral em Andamento	1.382	39.874	-	-	93.190	-	(21.429)	113.017
Bens de Uso Geral - Leasing	7.271	-	(8)	-	(8)	-	-	7.255
Bens de uso Geral Custo Atribuído	65.704	-	(292)	-	(151)	-	-	65.261
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá	69.732	-	-	-	(364)	-	-	69.368
Contratos sem Concessão (a)	32.765	-	-	-	-	-	-	32.765
Contratos sem Concessão (a)	(32.765)	-	-	-	-	-	-	(32.765)
Deprec. Acumulada Geral	(72.631)	-	-	(5.451)	(9.523)	-	-	(87.605)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.502)	-	-	(614)	336	-	-	(14.780)
Deprec. Acumulada - Leasing	(2.129)	-	-	(1.452)	6	-	-	(3.575)
	173.389	61.388	(1.255)	(7.517)	101.030	1.441	(21.429)	307.047

a) Contratos sem Concessão

A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto dos municípios abaixo:

Caldas Novas - Em face da retomada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, a Saneago ajuizou ação de indenização, Processo nº 0033803.68.1995.8.09.0051. O juiz condenou o município de Caldas Novas a ressarcir a Companhia no valor de R\$37.058, devendo ser atualizado desde a época da retomada. Todavia, o município interpôs recurso de apelação contra a sentença no Tribunal de Justiça de Goiás. A Saneago apresentou contrarrazões ao recurso apelatório sobre a intempestividade e protocolou recurso adesivo. Na manifestação das partes a Saneago reafirmou seu parecer e o município de Caldas Novas afirmou que seu recurso foi protocolado dentro do prazo legal.

Catalão - O município conseguiu retomar o sistema por medida judicial, sendo que a Saneago obteve resultados desfavoráveis, não havendo a possibilidade de retomada do sistema. Foi proposta ação através do Processo nº 37532-36.2016.8.09.0029 visando à recomposição das perdas da Companhia no valor aproximado de R\$ 142.000. Atualmente os autos estão conclusos ao juiz para manifestar sobre o depósito efetuado pela Saneago relativo aos honorários periciais e determinação de realização de perícia

18. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativos de Contratos

	Saldo em 01/01/2018	Adição	Movimento Período	Transf. P/ Imob.	Saldo em 31/12/18
Sistema de Água	185.131	62.613	(11.807)	(41.490)	194.447
Sistema de Esgoto	314.162	77.480	4	(37.387)	354.259
Estoque de Obras	13.684	-	5.938	-	19.622
	512.977	140.093	(5.865)	(78.877)	568.328

19. Intangível

Sistema de Água	31/12/2018	31/12/2017
	2.502.263	2.620.987



Saneamento de Goiás S.A.

Sistema de Esgoto	2.770.912	3.047.367
Aportes a Realizar Águas Lindas	57.220	53.765
Software (licenças)	19.803	-
Estoque para Obras	-	13.685
obras em andamento não oneroso	66.752	126.022
Amortização Licença Software	(330)	-
Amortiz. Acumulada	(2.488.235)	(2.276.517)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	(118.494)
Provisão Para Perdas (Impairment)	(151.474)	(153.123)
Regularização Fundiária	30.556	27.899
	2.688.973	3.341.591

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Saldo em 31/12/17	Adição	Baixa	Deprec. Amort.	Movimento Período	Ativo de Contrato (Nota 18)	Transf. P/ Imob.	Saldo em 31/12/18
Sistema de Água	2.620.987	29.379	(538)	-	(4.092)	(185.132)	41.659	2.502.263
Sistema de Esgoto	3.047.367	1.999	(4)	-	(1.693)	(314.160)	37.403	2.770.912
Aportes a Realizar Águas Lindas	53.765	-	-	-	3.455	-	-	57.220
Almoxarifado Supob	13.685	-	-	-	-	(13.685)	-	-
Software (licenças)	-	-	-	-	-	-	19.803	19.803
obras em andamento não oneroso a)	126.022	30.717	-	-	(89.987)	-	-	66.752
Amortização Licença Software	-	-	-	(330)	-	-	-	(330)
Amortiz. Acumulada	(2.276.517)	-	-	(218.472)	6.754	-	-	(2.488.235)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	-	-	-	-	-	-	(118.494)
Provisão Para Perdas (Impairment)	(153.123)	-	-	-	1.649	-	-	(151.474)
Regularização Fundiária	27.899	7.271	-	-	(306)	-	(4.308)	30.556
	3.341.591	69.366	(542)	(218.802)	(84.220)	(512.977)	94.557	2.688.973

19.a) obras em andamento não oneroso

Obras em Andamento	31/12/18	31/12/17
Não oneroso - Água	41.672	114.101
Não oneroso - Esgoto	25.080	11.921
	66.752	126.022

a) A movimentação das obras em andamento pode ser demonstrada como segue:

	Saldo 31/12/17	Adição	Transferências Movimento do Período	Saldo 31/12/18
Não oneroso - Água	114.101	14.382	(86.811)	41.672
Não oneroso - Esgoto	11.921	16.335	(3.176)	25.080
	126.022	30.717	(89.987)	66.752

Subvenções Governamentais/PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Os saldos do ativo imobilizado incluem bens constituídos com recursos próprios e ou adquiridos com repasses de verbas do OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 19 de dezembro de 2007 foram celebrados contratos de repasse entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como Interveniante Executora a Saneago que celebrou convênio com vários municípios. O objeto de cada convênio é estabelecer ação conjunta entre a Saneago e o Município,



Saneamento de Goiás S.A.

visando à execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e/ou sistema de abastecimento de água, bem como transferir o valor da contrapartida, de responsabilidade do Estado de Goiás, para a Companhia.

As devoluções são tratadas nos contratos de repasse, item 8.5.1, Cláusula oitava - Da execução financeira, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:

- Quando não for executado o objeto pactuado no contrato;
- Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual, a consecução/ampliação do objeto e como contrapartida.

Nos casos acima a efetivação da devolução dos recursos obedecerá às seguintes regras:

- Inexecução total do objeto, em que os recursos permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do Compromissário: devolução dos recursos acrescidos do resultado da aplicação financeira;
- Execução parcial do objeto, em que a parte executada apresenta funcionalidade: devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do plano de trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira;
- Execução parcial do objeto, em que a parte executada não apresenta funcionalidade: devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança e;
- Aplicação dos recursos em desconformidade com o Plano de Trabalho: instauração de Tomada de Contas Especial e devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional.

Os repasses por municípios estão discriminados abaixo:

Cidade	Contr.	Saldo 31/12/2017	Ingresso PAC	Obras Concluídas - Ajustes	Ajustes no Resultado	(Provisão) /Reversão pra Perdas	Devoluções em espécie	Saldo 31/12/18
Valparaíso	0218021-51	114	-	-	-	-	-	114
Valparaíso	0218343-40	44	-	-	-	-	-	44
Luziânia	0218328-52	1.465	-	-	-	-	-	1.465
Goiânia - Vila Adélia	0226024-57	7.294	-	-	-	-	-	7.294
Trindade	0237772-43	1.189	-	-	-	-	-	1.189
Cristalina	0226017-65	308	-	-	-	-	-	308
Novo Gama	0226018-79	971	-	-	-	-	-	971
Stº Antônio do Descoberto	0218331-07	-	-	-	-	388	-	388
Planaltina	0218330-94	63	-	-	-	-	-	63
Novo Gama	0226015-46	129	-	-	-	-	-	129
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	2.529	240	-	-	-	-	2.769
Luziânia	0226026-76	31.743	10.413	-	-	-	-	42.156
Luziânia	0231460-45	57	-	-	-	-	-	57
Stº Antônio do Descoberto	0350796-17	1.137	810	-	(45)	794	(28)	2.668
Goiânia	0350788-10	23.757	16.162	-	(19)	-	(177)	39.723
Pirenópolis	0350884-88	1.430	-	-	(8)	-	-	1.422
Aparecida de Goiânia	0351738-28	3.211	-	-	(117)	-	-	3.094
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	-	2.624	-	-	-	-	2.624
Anápolis SES	0408691-99	6.476	16.475	(3.175)	(54)	-	(172)	19.550
Total PAC		81.918	46.724	(3.175)	(243)	1.182	(377)	126.028
Outros Programas								
Adutora João Leite	1524/01	729	-	-	-	-	-	729
Adutora João Leite	0187/06	1.472	-	-	-	-	-	1.472
Novo Gama	172263-97/04	-	-	-	-	-	-	-
Amaralina - FUNASA	25	248	-	-	-	-	-	248
Nerópolis - ANA-PRODES	68/15	4.601	-	-	-	-	-	4.601
Pires do Rio - ANA PRODES	68/15	1.976	-	-	-	-	-	1.976



Saneamento de Goiás S.A.

Campos Verdes FUNASA/SECIMA	TC 650/20	383	-	-	-	-	-	383
Goiânia-Recuperação Florestal	0153005/16	1.011	-	-	-	-	-	1.011
Total Outros Programas		10.419	-	-	-	-	-	10.420
Total Geral		92.337	46.724	(3.175)	(243)	1.182	(377)	136.448

20.1. Empréstimos e Financiamentos

Banco	Tipo	Contrato	Início	Venc.	taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação	Captação	Garantias	31/12/2018	31/12/2017
BRASIL	Empréstimos	330701095	09/04/15	13/02/18	4,5%+CDI	309 -		16.500	(c)	-	1.383
BRASIL	Empréstimos	330701235	27/12/17	06/01/26	2,9%+CDI	940	631	30.000	(d)	30.184	30.040
BBM	Empréstimos	6008830/16	03/06/16	03/06/19	10,03%+CDI	349 -		20.000	(f)	-	11.043
BIC	Empréstimos	1247284	03/02/14	01/08/18	6,17%+CDI	500 -		20.000	(e)	-	5.789
FIBRA	Empréstimos	0106716/16	29/06/16	28/06/19	9,38%+CDI	303	38	15.000	(f)	3.004	9.020
INTERMEDIUM	Empréstimos	7563560/16	15/02/16	08/03/18	10,03%+CDI	128 -		8.000	(f)	-	1.656
PANAMERICANO	Empréstimos	72256/16	27/07/16	10/04/18	9%+CDI	416 -		12.500	(b)	-	4.203
IBM	Empréstimos	Arrendamento Mercantil			3,48%+CDI	-			(a)	1.763	4.177
FIDC IV	Empréstimos		15/12/15	15/12/22	3%+CDI	47.828	-	600.000	(g)	432.025	539.384
Cotas Subordinadas FIDC IV	Empréstimos					-			0	(79.036)	(77.102)
Limite Especial Itaú - Águas Lindas	Empréstimos									-	10
Custos de Transação	Empréstimos									(31.794)	(40.833)
CEF	Financiamentos	vários		2024	5,73%+TR		-		(h)	11.321	16.969
CEF	Financiamentos	410461-57	31/12/13	14/05/37	8,5%+TR	119.484	13.276	132.760	(i)	5.179	5.330
CEF	Financiamentos	0410526-20	31/12/13	14/04/37	8,5%+TR	33.585	2.825	36.410	(i)	27.738	25.091
CEF	Financiamentos	0410517-19	14/02/14	14/05/37	8,5%+TR	17.352	913	18.265	(i)	5.848	6.028
CEF	Financiamentos	0410538-64	27/03/15	14/05/37	8,5%+TR	47.535	4.009	51.544	(i)	42.233	32.930
CEF	Financiamentos	0410512-69	27/12/15	14/01/38	8,5%+TR	31.093	1.636	32.729	(i)	24	25
CEF	Financiamentos	26340190232-94	29/06/06	30/04/28	12%+TR	2.707	478	3.185	(i)	1.808	2.020
CEF	Financiamentos	26340190233-07	29/06/06	30/06/30	12%+TR	35.293	3.921	39.214	(j)	22.905	23.347
CEF	Financiamentos	2635248557-66	30/06/08	12/11/30	8,5%+TR	6.000	600	6.600	(j)	6.694	4.584
CEF	Financiamentos	2634248555-47	09/10/09	14/06/31	9%+TR	9.500	500	10.000	(j)	6.359	7.364
CEF	Financiamentos	2634248548-42	30/12/09	14/06/31	9%+TR	10.000	1.882	11.882	(j)	4.600	6.780
BID	Financiamentos	1414/OC	11/12/02	11/10/27	5,82%+VC	47.600	-	47.000	(j)	90.564	85.555
BNDES	Financiamentos	11208021	14/12/11	15/12/21	2,51%+TJLP	31.154	-	31.154	(k)	1.615	2.138
BRASIL	Financiamentos	40/01033-3	10/09/12	01/04/22	2,94%	2.360	-	2.360	(c)	1.128	1.499
BRASIL	Financiamentos	40/00984-x	20/12/12	01/01/28	2,94%	6.846	-	6.846	(c)	6.208	6.862
										590.370	715.292

Circulante	137.059	154.343
Não Circulante	453.311	560.949

C.F.D.C =Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios

Legenda Garantias:

- (a) Alienação do bem ao Agente Financeiro
- (b) Vinculação receita 1,72% saldo devedor no final de cada mês
- (c) Vinculação da receita de 10% do saldo devedor no final de cada mês
- (d) Vinculação da receita de 20% do saldo devedor no final de cada mês
- (e) Vinculação da receita de 120% de cada parcela vincenda
- (f) Vinculação da receita de 150% de cada parcela vincenda
- (g) Vinculação da receita de 45%
- (h) Vinculação da Receita de 2,2%
- (i) Vincinulação Conta reserva equiv. À 3 vezes o Serv. dívida mensal do CT.
- (j) Sem Garantia
- (k) Vinculação da Receita de R\$ 2 milhões, corrigido

20.2. Debêntures

Banco	Início	Venc.	taxa contratual anual	Garantias	Custos de Transação	Custos a Apropriar	Valor Captado	31/12/2018	31/12/2017	
Debêntures 2ªEmissão	15/09/13	15/09/18	7,5% + IPCA	(a)	1.611	242	100.350	-	23.750	
Debêntures 3ªEmissão	04/08/15	14/08/22	10,35% + TJLP	(b)	5.362	3.491	208.000	-	67.430	
Debêntures 4ªEmissão	28/12/17	15/12/21	2,95% + CDI	(c)	1.448	1.790	130.000	130.471	130.032	
Debêntures 5ªEmissão	15/11/18	16/11/23	100%CDI	(d)	4.296	4.296	250.000	250.862	-	
Custos de Transação								(5.995)	(5.181)	
					8.421	5.523	688.350	375.338	216.031	
								Circulante	28.979	47.908
								Não Circulante	346.359	168.123

Legenda Garantias:

- (a) Vinculação da receita de 110% do valor de cada parcela vincenda
- (b) Vinculação da receita equivalente a 3,5%.
- (c) Vinculação da receita de 150% do valor de cada parcela vincenda
- (d) Cessão F. Direitos Creditórios

Descrição	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos	590.370
Debêntures	375.338
	965.708



Saneamento de Goiás S.A.

Demonstrativo do Não Circulante por faixa de vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	194.328
2020	230.337	207.520
2021	253.785	182.278
2022	203.207	131.143
2023 em diante	220.500	136.919
Cotas Subordinadas FIDC IV	(79.036)	(77.102)
Custos de Transação	(29.123)	(46.014)
	799.670	729.072

BID

Os juros são pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 11 de abril de 2018 foi de 1,61% ao semestre (3,24% ao ano). As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027.

Debêntures 4ª Emissão

Em dezembro de 2017, fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 352ª reunião do mesmo conselho de 15 de dezembro de 2017.

Quantidade de debêntures emitidas	valor Unitário	Valor captado
130.000	1.000	130.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.1.4, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice Financeiro estabelecido para a IV Emissão das debêntures é o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e para o encerramento do exercício de 2018, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 4ª emissão de debêntures.

Debêntures 5ª Emissão

Em dezembro de 2018, fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 08 de novembro de 2018.



Saneamento de Goiás S.A.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor unitário	Valor captado
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice Financeiro estabelecido para a V Emissão das debêntures é o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e no encerramento do exercício de 2018, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures.

BNDES

Os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES contém cláusulas restritivas, com acompanhamento anual, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (covenants) que não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A administração obteve em 09 de setembro de 2015 junto a Instituição Financeira, a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros até 31 de dezembro de 2017. Já para 2018, retornou a exigibilidade dos índices, no entanto, houve cumprimento somente parcial dos índices.

FIDC IV

Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 50, alínea (e) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da Saneago, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que pode implicar em vencimento antecipado da dívida se não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida, a vigorar a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida para o exercício de 2018.

Banco do Brasil

Em 20 de dezembro de 2017 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB N° 330.701.235 entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, Cláusula Décima contém restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas. Cabe ressaltar que os indicadores financeiros têm acompanhamento anual. Na posição de 31 de dezembro de 2018 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida

Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida para o exercício de 2018.



Saneamento de Goiás S.A.

20.3) Movimentação efetuada nos Empréstimos e Financiamentos

	Captações	Pagamentos	Encargos	Captações	Pagamentos	Encargos
	01/01/18 a	01/01/18 a	01/01/18 a	01/01/17 a	01/01/17 a	01/01/17 a
	31/12/18	31/12/18	31/12/18	31/12/17	31/12/17	31/12/17
Caixa Econômica Federal - CEF	13.724	13.983	6.229	-	13.046	7.425
CEF - Com Recursos do FGTS.	1.576	5.108	4.419	-	5.283	4.868
Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	-	12.443	17.453	-	10.665	3.499
Banco Nacional de Desenv. Econ. Social	-	681	157	-	25.953	1.446
Banco do Brasil S/A	-	4.984	2.719	39.300	34.060	1.543
Banco Industrial e Comercial S/A - BIC	-	5.887	97	-	21.683	2.256
Banco Daycoval	-	-	-	-	5.876	327
Banco Safra	-	-	-	-	13.134	1.096
Banco Panamericano	-	4.297	94	-	13.726	1.917
Banco Intermedium	-	1.529	(127)	-	8.310	1.073
Banco ABC	30.000	30.000	-	-	-	-
Banco Itaú	14	24	-	10,00	-	-
BMG	-	-	-	-	9.097	415
Fundo de Invest. Direitos Cred. SANEAGO INFR. IV	-	164.487	57.129	-	146.762	86.146
Cotas Subordinadas FIDC IV	-	200	(1.734)	-	28.999	(12.629)
Banco IBM -Leasing	-	2.940	526	-	2.680	433
Banco Semear	-	-	-	-	2.611	311
Banco BBM S/A	70.000	81.826	783	90.000	103.880	6.435
Banco Fibra	-	6.920	904	-	8.334	2.320
Debêntures	250.000	111.549	21.055	130.000	71.611	17.548
Custo de Transação	-	5.553	14.652	-	4.360	11.358
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-	(1.190)	-	-	(1.317)
	365.314	452.411	123.166	259.310	530.070	136.470

21. Obrigações Trabalhistas

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Salários a Pagar	-	23.007
Pensão Alimentícia e Rescisões	333	31
PREVSAN	3.651	5.993
CAESAN	2.530	2.223
Empréstimos Consignados	1.253	1.653
SESI/SENAI	1.216	1.095
Contribuição Sindical	170	-
Férias a pagar	46.073	41.687
FGTS sobre férias e 13º salário	3.679	3.328
INSS a recolher sobre salários, Férias e 13º salário	31.172	49.350
Programa de Desligamento Voluntário (a)	6.279	8.367
Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados	4.540	-
	100.896	136.734
Não circulante		
Programa de Desligamento Voluntário (a)	-	6.144
	100.896	142.878

a) Refere-se aos valores de vale alimentação e assistência médica garantida pelo Programa de Desligamento Voluntário.



Saneamento de Goiás S.A.

22. Obrigações Tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
ISS	451	795
PIS	2.077	4.637
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	11.272	26.282
IRPJ	-	3.467
COFINS	9.636	21.552
Contribuição Social	-	1.249
Retenções de Contribuições Federais	5	518
IRRF Prestação de Serviços	169	122
INSS Prestação de Serviços	1.464	2.199
IRRF Folha de Pagamento	10.368	13.071
Outros	-	1.097
	35.442	74.989
Circulante	27.172	61.290
Não circulante	8.270	13.699

a) Receita Federal do Brasil

Em 31 de dezembro de 2017, foi divulgado dentro do grupo parcelamento e, em 2018 foi transferido para obrigações tributárias.

A Medida Provisória nº 766/2017 instituiu o Programa de Regularização Tributária - PRT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1687/2017 e Portaria PGFN nº 152/2017.

A Companhia possuía parcelamentos previdenciários e não previdenciários decorrentes de débitos de períodos anteriores e após análise dos preceitos dispositivos legais aderiu ao Programa em 06 de março de 2017 tendo em vista a possibilidade de se utilizar como pagamento prejuízo fiscal acumulado.

A Companhia vem efetuando o pagamento e aguarda a homologação do parcelamento pela Receita Federal. A opção foi pagar 24% da dívida em 24 prestações mensais e amortizar o saldo remanescente através de prejuízo fiscal acumulado conforme discriminado abaixo:

INSS	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Redução de juros	Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	17.187	40.102	-	57.289
Saldo remanescente (a)	(10.312)	(33.228)	1.376	(42.164)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	6.875	6.874	1.376	15.125

PIS/COFINS	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Juros	Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	8.299	26.217	-	34.516
Saldo remanescente (a)	(4.301)	(21.019)	(1.957)	(27.277)
Estorno de encargos	-	(1.200)	-	(3.157)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	3.998	3.998	(1.957)	7.996



Saneamento de Goiás S.A.

IRRF	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	191	605	796
Saldo remanescente (a)	(102)	(466)	(568)
Estorno de encargos	-	(49)	(49)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	89	90	179

A Saneago compensou débitos PIS/COFINS com créditos de IPI da usina Pumaty referente a agosto setembro/2002. A Receita Federal considerou não declaradas as compensações de agosto/2002 e não homologado as de setembro/2002, gerando assim os autos de infração nº 10120.005928/2003-29 PIS e 10120.005930/2003-06 COFINS em 22/09/2003 e o pagamento dos mesmos em duas parcelas de R\$ 86 cada e o restante de R\$ 1.303 por compensação com prejuízo fiscal.

PIS/COFINS	Principal	Multa	juros	Encargos /Honorários	Total
Saldo Parcelamento nov/17	930	186	1.744	572	3.431
Entrada 5% - Vr. Pago	(46)	(9)	(87)	(29)	(172)
Desconto	-	(88)	(1.325)	(543)	(1.957)
Saldo Remanescente(a)	883	88	331	-	1.303

Acordo Referente a débito COFINS compensados indevidamente e declarados no Perd/Comp, período de apuração 31/01/2013, sendo o pagamento de 20% em 3 parcelas e o restante, conforme recibo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária, compensado com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

COFINS	Principal	Multa	juros	Total
Saldo parcelamento nov/17	431	86	226	743
Entrada 20% - Valor pago	86	17	45	149
Saldo Remanescente(a)	345	69	181	594

Em junho de 2018, fez-se novo parcelamento junto à Receita Federal, referente à compensação dos 100% do prejuízo fiscal, sendo o limite permitido de 30%.

IRPJ/CSLL	Principal	Multa	juros	Total
Saldo parcelamento Junho/18	-	2.470	2.666	5.136
Entrada 24% - Valor pago	-	593	640	1.233
Saldo Remanescente(a)	-	1.877	2.026	3.903

a) Saldo remanescente transferido para obrigações tributárias no passivo não circulante, e posteriormente baixado em contrapartida aos tributos diferidos pela compensação de prejuízo fiscal.

Compensação Realizada com Prejuízo Fiscal

	30/06/18	30/12/17
INSS 28/02/17	-	42.164
PIS/COFINS 28/02/17	-	27.277
IRRF 28/02/17	-	568
PIS/COFINS 30/11/17	-	1.303
COFINS 30/11/17	-	594
IRPJ/CSLL 06/18	3.653	-
	3.653	71.906

Saneamento de Goiás S.A.

b) INSS - Débitos Previdenciários

A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.496/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Após a desistência no processo judicial nº 200935000107769 decorrente do não cadastramento no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, e que incidiu contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale alimentação nas competências de 01/2004 a 12/2005, o parcelamento ficou assim discriminado:

	Principal	Multa	Juros	Encargos/ Honorários	Total
Parcelamento	6.928	3.769	3.589	3.591	17.877

Quantidade de parcelas	Principal	Multa	Juros	Encargos/ Honorários	Total
4	346	277	499	224	1.346
145	38	18	11	19	86

23. Parcelamentos

	Início	Final	Qtde Parcelas	Atualização	31/12/2018	31/12/2017
I CELG - Águas Lindas	22/11/03	22/10/18	180	(a)	9	113
II AGR - agência Goiana de Regulação	10/12/15	10/12/30	180	(b)	17.075	12.949
III STIUEG	26/06/17	26/03/18	10	-	-	6.074
IV Thiago Fraga	26/06/17	26/03/18	10	-	-	1.009
V CODEGO - Companhia de Desenvol. Econ. de Goiás	11/06/16	11/05/19	36	(c)	2.813	8.945
VII ABC - Agência Brasil Central	20/07/16	20/02/18	20	-	-	197
VII Prefeitura Municipal de Goiânia	23/06/18	21/09/21	20	-	5.196	8.858
VIII OI S/A	14/09/17	14/01/18	5	-	906	2.257
IX Ministério Público Estado de Goiás - ETE Pq. Ateneu	13/12/18	15/09/18	6	-	600	-
X FMSAI- Águas Lindas	28/12/18	11/10/19	4	-	20.293	-
Júlio Cesar Batista	30/04/18	30/01/19	8	-	12	-
Irmãos Mendonça	30/10/18	30/04/19	7	-	967	-
Outros					-	286
					47.871	40.688
				Circulante	28.115	24.435
				Não circulante	19.756	16.253

Legenda Atualização:

- (a) Atualização de acordo com a tarifa de energia.
 (b) Atualização monetária de 0,5% a.m + juros 0,5% a.m.
 (c) Caderneta de Poupança

I) CELG

a) CELG D - Águas Lindas

Em 22 de julho de 2003, a Companhia celebrou com a Companhia Energética de Goiás - CELG, hoje denominada CELG Distribuição S.A. - CELG D, Termo de Compromisso 630/2003, referente a débitos pendentes dos poços artesianos de Águas Lindas, pertencentes e operados até então pelos fornecedores: Nilson de Jesus Ferreira da Mota, Edson Ferreira Vaz - Aguacel e Nilson Lima - Mundial.

Os débitos das empresas Aguacel e Mundial foram pagos de imediato. O débito referente a Nilson era no montante de R\$3.111, sendo que R\$ 1.556 (50%) foram registrados como obrigação da Saneago, conforme sua participação no Consórcio Águas Lindas.

II) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Em 10 de dezembro de 2015, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 255/15, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 18.957 de 16 de julho



Saneamento de Goiás S.A.

de 2015.

O montante engloba saldos remanescentes dos Termos de Adesão nº 024/2011 e 0102/2013 referente à Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF de períodos anteriores e Autos de Infração relacionados a não cumprimento de requisitos regulatórios.

Total Consolidado	
Principal	10.808
Multa Formal	2.797
Multa	42
Juros	133
	13.780

III) STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás

a) Em 17 de março de 2016, a Companhia e o STIUEG homologaram acordo, processo nº RTOOrd 0011476-78.2015.5.18.0003 em que a Saneago reconhece como crédito devido aos substituídos (empregados) o valor de R\$5.195, decorrente de base de cálculo equivocada para apuração dos valores devidos a título de horas extras prestadas em dias de repouso semanal remunerado e feriados de setembro de 2010 a dezembro de 2015.

A Saneago efetuou o pagamento das verbas previdenciárias devidas, tanto a parte patronal, como a que seria de responsabilidade do Substituído.

b) Em 20 maio de 2017, a Companhia e o STIUEG homologaram acordo, processo nº RTOOrd 0010914-26.2016.5.18.0006 em que a Saneago reconhece como devido aos empregados as horas extras no repouso semanal remunerado no período de junho/2011 a junho/2016.

A Companhia se comprometeu a pagar diretamente ao STIUEG o valor de R\$ 21.658 e este se responsabilizou em efetuar o pagamento da parcela devida a cada substituído, conforme cronograma abaixo e que foi quitado em 2018:

Parcela	Valor	Vencimento	Parcela	Valor	Vencimento
1	2.502	26/06/2017	6	2.146	26/11/2017
2	2.152	26/07/2017	7	2.153	26/12/2017
3	2.148	26/08/2017	8	2.143	26/01/2018
4	2.150	26/09/2017	9	2.151	26/02/2018
5	2.151	26/10/2017	10	1.962	26/03/2018
	11.103			10.555	
				21.658	

IV) Thiago Fraga Sociedade Individual de Advocacia

Honorários advocatícios decorrentes do acordo homologado em 20 de maio de 2017 entre Saneago e STIUEG, processo nº RTOOrd 0010914-26.2016.5.18.0006 conforme sentença proferida, a Saneago deve pagar a sétima, oitava, nona e décima parcelas diretamente a este favorecido, e que foi quitado em 2018.

V) CODEGO - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

Em 07 de junho de 2016 a Saneago celebra termo de acordo nº 1163/16 com a CODEGO, no valor de R\$ 1.445 referente a fornecimento de água, conforme discriminado abaixo:



Saneamento de Goiás S.A.

Processo	Valor (R\$)	Processo	Valor (R\$)
28306/14	639	17264/15	877
134/15	759	18716/15	855
4177/15	752	20860/15	1.006
4180/15	603	335/16	914
6027/15	714	2192/16	955
7447/15	687	4225/16	914
9952/15	650	6559/16	994
12238/15	768	8767/16	945
14406/15	854	Correção	562
	6.426		8.023
		Total Geral	14.449

VI) ABC - Agência Brasil Central

Em 30 de junho de 2016, a Saneago e ABC, firmaram termo de acordo com objetivo de ajustes de contas entre as partes, com vistas à viabilização da quitação de débitos existentes. Será deduzido do total devido pela Saneago de R\$ 1.921, R\$ 609 referente a créditos a receber de consumo de água da ABC. Este parcelamento foi quitado em 2018.

VII) Prefeitura Municipal de Goiânia

Em 24 de abril de 2017, firmou-se Termo de Acordo entre a Saneago e a Prefeitura Municipal de Goiânia, no valor de R\$ 16.089, sendo R\$ 12.484 relativos à contraprestação pela concessão dos serviços e R\$ 3.605 referente às medições do corte de asfalto do período de 2011 a 2016.

VIII) OI S/A.

Em setembro de 2017, a Saneago assinou termo de negociação de dívida com a OI S.A para liquidação de débitos pendentes de maio a agosto de 2017 na ordem de R\$ 1.361 para pagamento em 5 parcelas. Em 22 de dezembro de 2017, a Saneago assinou outro termo de confissão de dívida com OI Móvel S.A para liquidação de débitos pendentes no montante de R\$ 2.019 para pagamento em 12 parcelas.

IX) Ministério Público Estado de Goiás

Em 13 de dezembro de 2018 a Saneago e o Ministério Público de Goiás firma o Terceiro termo aditivo de compromisso, responsabilidade e ajustamento de conduta com obrigação de concluir as obras da estação de tratamento de esgoto do Parque Ateneu em Goiânia até o final de abril de 2020.

A título de compensação ambiental devido ao descumprimento do TAC firmado em 24 de julho de 2008 e de seus aditivos, a Saneago se compromete a pagar:

Parcelas	Vencimento	Valor	Beneficiado
1	15/01/19	100	Projeto de aquisição de bens e equip. para cooperativas
2	15/02/19	100	Projeto de aquisição de bens e equip. para cooperativas
3	15/03/19	50	Projeto de mobilização social de coleta seletiva
4	15/04/19	100	Projeto de mobilização no manancial de captação
5	15/05/19	100	Projeto de mobilização no manancial de captação
6	15/06/19	150	Projeto de mobilização social na educação em saneamento básico
		600	

X) FMSAI

Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Águas Lindas no qual se compromete a repassar ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de infraestrutura - FMSAI de Águas Lindas, a importância de R\$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 170/2000 e mediante celebração de Contrato de Programa.



Saneamento de Goiás S.A.

24. Outras Contas a Pagar

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Cauções	1.378	3.381
Cartão de Crédito Corporativo	-	387
Outras contas (a)	30.718	109
	32.096	3.877

a) Despesas do exercício 2018 cujo registro fiscal efetivou-se no exercício de 2019.

25. Provisão para Demandas Judiciais

	31/12/18	31/12/17
Processos Cíveis	27.258	25.872
Processos Trabalhistas a)	73.294	17.605
AGR - Agência Goiana de Regulação	929	89
	101.481	43.566

a) O aumento nas causas trabalhistas é devido à nova estimativa por parte do departamento jurídico da companhia, em revisão a processos de autoria do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Urbanas do Estado de Goiás, pleiteando pagamento de horas de Integração das Diárias de viagem ao salário, Ação Coletiva - DSR concedido de forma indevida aos que laboram em escala de revezamento e Ação Coletiva de Intervalo intrajornada.

Abaixo a movimentação das provisões:

	31/12/17	Provisões Reconhecidas	Reversões	31/12/18
Processos Cíveis (a)	25.872	26.054	(24.668)	27.258
Processos Trabalhistas	17.605	57.328	(1.639)	73.294
AGR - Agência Goiana de Regulação	89	844	(4)	929
	43.566	84.226	(26.311)	101.481

Processos Cíveis, Trabalhistas e Tributários

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pelos assessores jurídicos, devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25.

a) Cíveis, trabalhistas e tributários:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva - pg. de Intervalo interjornada	STIUEG	20.000
Trabalhista	0011614-08.2016.5.18.0004	Ação Coletiva - DSR concedido de forma indevida	STIUEG	10.000
Trabalhista	0011048-32.2015.5.18.0013	Ação Coletiva - Intervalo intrajornada	STIUEG	10.131
Trabalhista	0012089-83.2015.5.18.0008	Integração das Diárias de viagem ao salário	STIUEG	3.000
Trabalhista	0001590-79.2011.5.18.0008	Reintegração - Dispensa Imotivada	Pedro Márcio M. de Siqueira	1.500
Tributária	10120007382/2007-74	Auto de Infração IRPJ	Receita Federal do Brasil	7.581
				52.212



Saneamento de Goiás S.A.

Causas Possíveis

Não são provisionadas, mas são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas, pelos assessores jurídicos da Companhia.

	31/12/18		31/12/17	
	Valor Estimado	Qtde.	Valor Estimado	Qtde.
Cíveis (a)	300.363	2.175	308.967	1.348
Tributárias (b)	227.269	21	81.522	17
Trabalhistas	2.448	25	3.246	16
	530.080	2.221	393.735	1.381

a) Destacam-se algumas com valores mais elevados, promovidas pelo Ministério Público em defesa do consumidor ou ajuste de conduta, bem como ações individuais populares, de execução, obrigação de fazer, cominatórias, cautelares declaratórias e de indenização por falta de água.

b) Decorrentes de fiscalização da União, Estado e Município, onde foram alegadas multas por ausência de recolhimentos de tributos. Em defesa a Saneago entrou com ação anulatória visando à anulação do débito fiscal e também embargos da execução fiscal visando à improcedência destas.

Processo	Autor	Valor
281694.13.2009	Município de Goiânia	121.828
10120.734564/2018	Receita Federal do Brasil	6.925
10120.734566/2018	Receita Federal do Brasil	5.256
10120005927/2003-84	Receita Federal do Brasil	60.260
10120005929/2003-73	Receita Federal do Brasil	19.576
0241999.86.2008.8.09.0051	Município de Goiânia	6.944
0070170-97.2010.8.17.0001	Usina Pumaty	3.451
144562-97.2016	Sérgio Martins de Souza Queiroz	67.556
139085-68.2009	Ministerio Público de Minaçu	16.523
215530-65.2004	Ministerio Público de Goiás	10.770
250140-93.2009	Ministerio Público de Goiás	4.921
200803501387	Ministerio Público de Goiás	65.965
200704213731	Ministerio Público de Minaçu	68.294
200803501557	Ministerio Público de Minaçu	22.122
5299729.85	Ministerio Público de Rio Verde	11.824
		492.215

26. Negócios Controlados em Conjunto (Consórcios)

Passivo Circulante

Consórcio Águas Lindas(a)
Consórcio Corumbá(b)

	31/12/18	31/12/17
	1.402	1.935
	302	2.372
	1.704	4.307

Passivo não circulante

Consórcio Águas Lindas(a)
Consórcio Corumbá(b)

	31/12/18	31/12/17
	14.380	23.420
	69.065	67.360
	83.445	90.780



Saneamento de Goiás S.A.

a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e CAESB constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás - GO.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, no entanto a mesma está desproporcional. Em 31 de Dezembro de 2018 a consorciada CAESB detém 60,51% e a Saneago 39,49%, sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago.

Balanco Patrimonial - Consórcio Águas Lindas					
	31/12/18	31/12/17		31/12/18	31/12/17
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.675	1.463	Aportes a Realizar - Fornecedores	3.842	5.225
Contas a Receber de Usuários	6.259	5.254	Empréstimos	-	21
Tributos a Compensar	7	-	Obrigações Trabalhistas	474	-
Despesas Antecip. e Adiant.	677	-	Parcelamentos	20.311	213
	8.618	6.717	Outras Contas	438	737
				25.065	6.196
Não circulante			Não circulante		
Contas a Receber de Usuários	901	816	Parcelamentos	-	163
Depósitos Judiciais	225	245	Provisão para Demandas Judiciais	548	572
Despesas Antecipadas	19.617	-		548	735
	20.743	1.061			
			Patrimônio líquido		
Imobilizado	176	187	Fundo de Participações	136.638	142.240
Obras em andamento	68.250	115.612	Reserva Legal	20.131	20.131
Intangível	93.014	45.725	Lucros/Prejuízos acumulados	8.419	-
	161.440	161.524		165.188	162.371
Total do ativo	190.801	169.302	Total do passivo	190.801	169.302

b) Consórcio Corumbá

As Companhias Saneago e CAESB constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.



Saneamento de Goiás S.A.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração será exercida por um conselho diretor que terá dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Em 31 de dezembro de 2018 a consorciada CAESB detém 69,69% e a Saneago 30,31%, sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago.

Balança Patrimonial- Consórcio Corumbá					
	31/12/18	31/12/17		31/12/18	31/12/17
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
			Aportes a realizar-fornecedores	4.431	5.178
Total do Ativo Circulante	-	-	Obrigações trabalhistas	64	-
			Total do Passivo Circulante	4.495	5.178
Não circulante			Não circulante		
Obras em andamento - PAC	45.981	32.388	Total do Passivo Não Circulante	-	-
Obras em andamento	309.256	256.751	Patrimônio líquido		
Total do Ativo Não Circulante	355.237	289.139	Fundo de Participação - SANEAGO	106.306	74.664
			Fundo de Participação - CAESB	244.436	209.297
Total do ativo	355.237	289.139	Total do passivo	355.237	289.139

27. Benefícios a Empregados

27.1 - Plano de benefícios previdenciários

O plano de suplementação de aposentadoria administrado pela PREVSAN é de Benefício Definido, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. De acordo com o regulamento dos planos, a contribuição mensal da Patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual, Benefício Proporcional Diferido.

Estes benefícios levam em consideração o Salário Real de Benefício, equivalente à média dos Salários de Contribuição ao Plano, e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial. Para elaboração dos estudos, foram efetuadas avaliações atuariais na data base de 31 de dezembro de 2018.



Saneamento de Goiás S.A.

Apuração do Passivo (Ativo) líquido	31/12/18	31/12/17
1. Déficit/(Superávit) apurado		
1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	887.808	830.278
2. Valor justo dos ativos do plano	(950.450)	(836.992)
3. Déficit/(Superávit) apurado	(62.642)	(6.714)
2. Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1. Efeito do Teto do Ativo	62.642	6.714
2. Passivos adicionais	-	-
3. Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	62.642	6.714
3. Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1. Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	-	-
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	-	-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, os recursos existentes no plano previdenciário são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, apresentando um excedente em 2018 de R\$ 62.642 e em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 6.714.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação do CPC 33(R1). Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais. Em 2018 para o cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais, vigentes no exercício anterior:

Hipoteses e Premissas Atuariais	31/12/2017
Elegibilidade	Primeira Elegibilidade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado
Composição Familiar	
Ativos	Família Média
Aposentados	Família Real
Crescimento Real de Salários	3,30%
Taxa de Rotatividade	1,00%
Taxa Real Anual de Juros	5,35%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 segregada por sexo
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSb-2015, segregada por sexo

Metodologia para o cálculo do passivo e das projeções

Considerou-se a metodologia introduzida por Frederick Macaulay (1938), conforme apresentada a seguir:

$$D = \frac{\sum_{i=1}^n VP_{it_i}}{\sum_{i=1}^n VP_i}$$



Saneamento de Goiás S.A.

Onde:

- D corresponde a Duration;
- t_i representa o prazo decorrente i-ésimo fluxo de caixa;
- VP_i corresponde ao valor presente do i-ésimo fluxo de caixa.

O Conceito de Duration do Passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios, líquidos das contribuições apuradas conforme plano de custeio.

De acordo com as hipóteses atuariais e metodologia acima citadas e utilizadas, resultou-se que média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo da Saneago obteve 13,13 pontos e uma Taxa Real de juros anual de 4,92% referenciada pelos Títulos Públicos Federais (NTN-B) divulgados pela ANBIMA, em 31 de dezembro de 2018.

27.2 - Plano de Assistência à Saúde - Descrição do Plano

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago - CAESAN é uma associação privada sem fins lucrativos, destinada a prestar aos seus beneficiários contribuintes, dependentes e agregados, assistência à saúde médico-hospitalar, sob a modalidade de Autogestão patrocinada singular, mediante oferecimento de planos coletivos sob o regime de contratação por adesão, na forma e condições previstas em Regulamento de Benefícios específico.

Desta forma, o Programa de Assistência à Saúde é mantido por contribuições normais e especiais, à base de 40% (quarenta por cento) incidentes sobre o montante das despesas dos empregados durante a atividade, no que refere ao patrocínio da Saneago, conforme consta do artigo 68 do Regulamento. Já os ex-empregados e aposentados que optarem pelo programa assumem o seu custo e aquele que seria devido pela patrocinadora, conforme dispõe o artigo 69 do Regulamento.

O Programa de Assistência à Saúde da CAESAN possui característica de Plano de Contribuição Definida. Para fins de atendimento a Deliberação CVM 695/12, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de Plano é apurada através do montante das contribuições da Saneago vertidas ao Plano que, durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 R\$ 22.393 foi de R\$ 18.394 (R\$18.394 em 31 de dezembro de 2017), não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

27.3 - Participação no resultado

O Artigo 67 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro apurado em cada exercício social, depois de adotadas todas as providências legais e de acordo com a Lei 6.404/76 poderá ser destinado, em parte, para gratificar os membros da Diretoria e empregados conforme propostos a ser encaminhada pelo Conselho de Administração.

28. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

	31/12/18		31/12/17	
	Quantidade Ações	Valor	Quantidade Ações	Valor
Capital Autorizado	3.125.000.000	3.125.000	3.125.000.000	3.125.000
Capital a Subscrever	(609.453.632)	(609.454)	(609.453.632)	(609.454)
Capital Social	2.515.546.368	2.515.546	2.515.546.368	2.515.546



Saneamento de Goiás S.A.

Quadro de Ações Ordinárias 31/12/18

Acionista	%	Integralizadas	A Integralizar	Total
Estado de Goiás	65,56	1.336.136	302.864	1.639.000
Fundo de Prev. Estadual	23,95	488.017	110.733	598.750
Outros	10,49	213.752	48.498	262.250
	100,00	2.037.905	462.095	2.500.000

Quadro de Ações Preferenciais 31/12/18

Acionista	%	Integralizadas	A Integralizar	Total
Estado de Goiás	74,32	354.992	109.508	464.500
Fundo de Prev. Estadual	25,67	122.637	37.801	160.438
Outros	0,01	12	50	62
	100,00	477.641	147.359	625.000

Descrição	31/12/18	31/12/17
Capital integralizado	2.515.546	2.515.546
Lucro do exercício	110.042	251.022
	0,0437	0,0998

O Estatuto Social, art. 66, prevê o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido apurado, distribuído em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais, após a compensação dos prejuízos. O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00.

O Estado de Goiás é o maior cliente da categoria pública da Companhia. Como acionista controlador, tem auxiliado a Companhia na obtenção de recursos para investimento no saneamento básico.

b) Integralização de Capital

Até 31 de dezembro de 2018 não houve novas Integralizações. Em abril de 2017, foram integralizados pelo Estado de Goiás R\$ 65.372 para investimentos e devolvidos para CEF R\$ 335 de recursos que foram liberados e não utilizados, referente a contrato de financiamento de obras, reduzindo assim, a integralização por parte do mesmo já que, cada liberação corresponde a uma integralização de capital.

Integralização	31/12/18			Integralização	31/12/17		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Estado de Goiás	-	-	-	Estado de Goiás	52.030	13.007	65.037
Goiás Parcerias	-	-	-	Goiás Parcerias	-	-	-
					52.030	13.007	65.037

c) Reserva Legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva Legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição da reserva para investimentos, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia.



Saneamento de Goiás S.A.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/12/18	31/12/17
Ajuste de avaliação patrimonial	50.508	51.203
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 14)	(17.173)	(17.409)
	33.335	33.794

29. Receita Operacional Líquida

Receitas Brutas	31/12/18	31/12/17
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	2.232.647	2.149.214
Serviços Técnicos	2.563	1.445
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receita Estimada	12.061	1.768
Receita de Construção	144.979	76.288
Total	2.401.350	2.237.815
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(30.093)	(29.301)
COFINS	(139.323)	(135.872)
ISS	(4.539)	-
Devoluções e Abatimentos	(1.699)	(1.371)
	(175.654)	(166.544)
Receita Operacional Líquida	2.225.696	2.071.271

30. Custos de serviços /Construção e Despesas administrativas e comerciais

	31/12/18			31/12/17		
	Custo	Administrativa	Comercial	Custo	Administrativa	Comercial
Pessoal	(476.231)	(261.747)	(143.193)	(443.377)	(425.610)	(80.379)
Materiais	(68.591)	(6.375)	(1.493)	(78.540)	(4.710)	(352)
Energia Elétrica	(217.693)	(1.815)	(1.158)	(190.367)	(2.146)	(590)
Serviços de Terceiros	(101.561)	(36.169)	(77.147)	(123.568)	(37.278)	(58.162)
Remuneração de Concessão	-	-	(51.961)	-	-	(51.253)
Gerais	(1.162)	(9.948)	(6.291)	(19.241)	(7.629)	(3.844)
Amortização	(218.802)	-	-	(179.571)	-	-
Depreciação	(293)	(4.775)	(384)	-	(29.150)	(58)
Deprec. do Custo Atribuído	-	(614)	-	-	(442)	(2)
Depreciação Leasing	-	(559)	(893)	-	(1.212)	(135)
	(1.084.333)	(322.002)	(282.520)	(1.034.664)	(508.177)	(194.775)
Custo de Construção	(144.979)			(76.288)		
	(1.229.312)			(1.110.952)		



Saneamento de Goiás S.A.

31. Provisões/Reversões Líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Perdas Créditos Prescritos	(47.238)	(44.890)
Provisão/Reversão de Contingências	(57.915)	42.989
Provisão/Reversão das Perdas Estimadas de Liquidação Duvidosa	7.978	(61.626)
Provisão/Reversão de Perdas de Obras	531	(42.475)
Provisão/Reversão Prog. Desligamento Voluntário - PDV	-	962
Provisão/Reversão de Perdas em Estoques	(12.077)	(1.362)
Provisão/Reversão de Perdas de Outros Créditos	38	-
	(108.683)	(106.402)

32. Resultado financeiro líquido

	31/12/18	31/12/17
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos	50.586	56.788
Correção Monetária	20.345	28.401
Variação Cambial	-	9.868
	70.931	95.057
Despesas Financeiras		
Juros/Multas/ Encargos e outras despesas	(148.715)	(141.766)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(987)	(1.726)
Correção Monetária	(1.965)	(13.204)
Variação Cambial	(14.901)	(11.611)
	(166.568)	(168.307)
Resultado Financeiro	(95.637)	(73.250)

33. Compromissos Assumidos

Em atendimento à Lei 11.445/2007, a Companhia vem alterando os Contratos de Concessão para Contratos de Programa. Atualmente 57 contratos foram renovados com municípios do estado de Goiás, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminado o montante a ser investido e o montante realizado.



Saneamento de Goiás S.A.

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 31/12/18 SANEAGO	Valor Investido BRK Ambiental até 31/12/18	Total
Adelândia	16/01/2048	525	70	-	70
Águas Lindas de Goiás	28/12/2048	309.022	-	-	-
Anicuns	10/04/2048	42.785	333	-	333
Aparecida de Goiânia	01/11/2041	988.848	130.775	319.648	450.423
Aporé	06/04/2048	7.682	122	-	122
Aragoiânia	26/12/2042	27.926	1.018	-	1.018
Araguapaz	15/03/2048	5.210	442	-	442
Avelinópolis	22/01/2046	1.724	155	-	155
Barro Alto	26/12/2042	32.703	1.599	-	1.599
Brazabrantes	06/02/2044	8.056	930	-	930
Cachoeira Alta	27/07/2045	26.167	865	-	865
Caldazinha	02/08/2048	1.071	130	-	130
Campestre de Goiás	06/01/2046	645	274	-	274
Campinaçu	12/08/2045	13.146	9.616	-	9.616
Cavalcante	28/12/2048	1.612	-	-	-
Cezarina	17/12/2042	23.352	14.813	-	14.813
Cidade Ocidental	01/11/2041	243.394	15.943	-	15.943
Cristalina	07/02/2044	58.952	16.956	-	16.956
Davinópolis	04/05/2048	506	2	-	2
Diorama	24/07/2047	1.091	23	-	23
Divinópolis	05/10/2047	675	143	-	143
Flores de Goiás	14/08/2044	4.221	207	-	207
Goianira	03/10/2048	1.457	9	-	9
Guarani de Goiás	15/09/2040	962	559	-	559
Guarinos(a)	16/02/2048	1.383	3	-	3
Hidrolândia	03/08/2046	9.737	2.305	-	2.305
Indiara	30/04/2044	32.180	714	-	714
Israelândia	24/11/2039	3.300	87	-	87
Itajá	19/12/2042	2.328	246	-	246
Itapaci	28/12/2048	56.172	-	-	-
Itapuranga	28/12/2048	8.063	353	-	353
Jataí	01/11/2041	114.116	31.751	60.121	91.872
Jussara	26/12/2046	5.759	319	-	319
Luziânia	01/12/2045	366.853	23.766	-	23.766
Mambaí	07/03/2046	1.689	348	-	348
Minaçu	06/02/2044	57.856	8.936	-	8.936
Morrinhos	30/11/2040	46.917	15.832	-	15.832
Morro Agudo de Goiás	02/05/2046	1.198	318	-	318
Mozarlândia	28/12/2046	1.894	541	-	541
Nazário	04/05/2048	2.280	144	-	144
Novo Gama	16/11/2048	253.055	-	-	-
Palmelo	29/10/2042	1.039	132	-	132
Perolândia	21/12/2048	499	-	-	-
Petrolina de Goiás	20/10/2041	6.797	3.713	-	3.713
Pires do Rio	03/11/2038	10.529	22.956	-	22.956
Posse	12/06/2047	19.945	7.164	-	7.164
Rio Verde	01/11/2041	249.889	52.470	82.290	134.760
Santa Cruz de Goiás	28/06/2043	1.497	277	-	277
Santo Antônio da Barra	26/12/2045	3.977	391	-	391
Santo Antônio de Goiás	02/12/2045	15.868	438	-	438
Santo Antônio do Descoberto	10/06/2046	55.686	21.527	-	21.527
São Domingos	28/12/2048	1.284	-	-	-
São Luiz de Montes Belos	19/12/2042	41.928	2.508	-	2.508
Trindade	01/11/2041	169.222	21.223	35.099	56.322
Uirapuru	28/12/2048	699	-	-	-
Uruaçu	28/12/2048	44.341	1	-	1
Valparaíso de Goiás	16/11/2048	389.652	144	-	144
			413.591	497.158	910.749



Saneamento de Goiás S.A.

34. Seguros (Não auditado)

Em 05 de julho de 2018 foi efetivada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de garantia que é de cinquenta milhões de reais.

O contrato pode ser aditado em até 60 (sessenta) meses, nos termos do caput do artigo 132 do Regulamento dos Procedimentos de Contratação da Saneago. O total do prêmio pago será de 276 mil.

A Companhia não possui seguros para a cobertura dos seus ativos.

35. Operações com Partes Relacionadas

I) Operações com o Estado de Goiás

a) Relação de Dependência

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o BNDES.

c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgotos à União, Estados e Municípios, assim como a entidades e órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás. O saldo dos débitos vencidos e a vencer desses órgãos são os seguintes:

Relação de Débitos	31/12/18			31/12/17		
	Valor Atualizado	Parcelamento	Total	Valor Atualizado	Parcelamento	Total
Órgãos Públicos Federais	478	-	478	567	-	567
Órgãos Públicos Estaduais	137.067	1.371	138.438	80.473	1.709	82.182
Poder Público Municipal	33.767	20.829	54.596	27.254	21.189	48.443
Outros Órgãos	11.073	2.681	13.754	8.653	1.960	10.613
Entidades Filantrópicas	718	175	893	436	237	673
	<u>183.103</u>	<u>25.056</u>	<u>208.159</u>	<u>117.383</u>	<u>25.095</u>	<u>142.478</u>

II) Operações com os Municípios

a) O contrato de concessão com o município de Goiânia foi assinado em 22 de dezembro de 1991 e possui vigência até 04 de março de 2023. As ações previstas no referido contrato vêm sendo cumpridas normalmente pela Companhia. O contrato prevê, ainda, o pagamento mensal de 5% sobre a arrecadação no município. Até 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$ 34.944, em carteira R\$ 32.115 (em 31/12/2017 foram pagos R\$ 34.161, em carteira R\$ 31.013).

b) Dentre os contratos em vigor, 26 contratos são remunerados com valores que variam entre 2% e 5%



Saneamento de Goiás S.A.

da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encontros de contas para regularização de débitos, por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia, tais como abertura e reaterro de valas, tapa buracos, recapeamento asfáltico, recuperação de logradouros públicos e até mesmo cessão de áreas para construção de escritórios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de contas a receber, vencido e a vencer, referente a débitos dos municípios para os quais a Companhia presta serviços é de R\$ 54.595, e foram realizados 43 encontros de contas, com acerto de R\$ 1.218 (31 de dezembro de 2017 R\$48.442, e foram realizados 25 encontros de contas, com acerto de R\$ 1.467).

36. Remuneração dos Administradores

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria foram de R\$ 5.922 em 31 dezembro de 2018. (R\$ 5.097 em 31 de dezembro de 2017).

a) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3(três) e no máximo 5(cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que elege o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, igual a 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho Fiscal.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão normativo e deliberativo e compõe-se de no mínimo 9(nove) e no máximo 11(onze) membros, os quais receberam honorários mensais de 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

c) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades.

Compõe-se de no mínimo de 3(três) e no máximo de 5(cinco) membros (art. 49 do Estatuto), vedada a eleição de suplentes, observando-se os requisitos mínimos dispostos na Lei 13.303/2016 e eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, observando o limite mínimo, para cada um, de 18% (dezoito por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

d) Diretoria Colegiada

A Diretoria é um órgão executivo colegiado com poderes para exercer a administração da Companhia, e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria de Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica.



Saneamento de Goiás S.A.

A Assembleia Geral fixará os honorários da diretoria que não serão inferiores à maior remuneração paga a empregado da Companhia. Os Diretores receberão honorários equivalentes ao maior salário base da Companhia, e 95% da maior gratificação que for fixado para o cargo de Diretor Presidente.

37. Informações Suplementares aos Fluxos de Caixa

Em relação às variações do Balanço Patrimonial, reduzimos aquelas sem efeito no caixa, conforme demonstrado:

	31/12/2018		31/12/2018
Ativo		Passivo	
Créditos a Receber de Usuário	(73.165)	Fornecedores	(79.396)
PECLD-Perdas/Reversões /AVP	(75.324)	Transf. Empréstimos Convênios	(2.875)
	<u>(148.489)</u>		<u>(82.271)</u>
Estoque - variação Balanço	(10.236)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(459)
Prov/Rever Perdas Est/Transf	(12.076)	Tributos Diferidos Aj Aval Patrimonial	237
	<u>(22.312)</u>	Depreciação do Custo Atribuído	615
			<u>393</u>
Outras Contas a Receber	(61)		
Reversão Provisão	38		
	<u>(23)</u>		
Tributos Diferidos IRPJ/CSLL	6.061		
Ajuste de Aval. Patrimonial-PL	(236)		
	<u>5.825</u>		
Reduções no Imobilizado e Intangível			
Baixas no Imobilizado	1.796		
Transferências para outros grupos	(6.635)		
Ajuste PAC	(3.419)		
	<u>(8.258)</u>		

38. Operação Decantação

No dia 24 de agosto de 2016, foi deflagrada operação denominada Decantação, visando a apurar, no âmbito da Saneago, a existência ou não de irregularidades em determinadas licitações promovidas pela Companhia, sob o argumento de que estaria ocorrendo possíveis alinhamentos e sobrepreços nesses certames, com possível superfaturamento nas execuções dos respectivos contratos.

Os fatos, segundo consta na denúncia, estariam ocasionando desvios de verbas públicas federais, originárias do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - e de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, verbas essas destinadas à execução de obras, além de outros atos supostamente praticados em desfavor da Administração Pública.

Importante esclarecer que a Operação foi deflagrada e fundada na necessidade de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos, cometida por alguns gestores, empregados e fornecedores, sendo que a Saneago não figura como parte no processo judicial da denúncia.

A investigação foi dividida em duas fases, assim discriminadas:



Saneamento de Goiás S.A.

(I) apuração de atos praticados no âmbito da licitação da obra da qual decorreu a aquisição de conjunto motobombas a ser aplicado na Estação Elevatória de Água Bruta do Sistema Produtor Corumbá IV;

(II) apuração de eventual ocorrência de fraude na licitação acima referida e suposta prática de sobrepreço no orçamento referência da Companhia, sendo que os responsáveis por supostos atos fraudulentos estariam se valendo de suas atribuições para favorecimentos pessoais e que ainda estariam ocupando os respectivos cargos.

Por decisão da Justiça Federal, houve o afastamento de toda a Diretoria da Empresa. O Conselho de Administração da Saneago agiu prontamente e, no mesmo dia 24 de agosto de 2016, em sua 331ª Reunião, resolveu que a Presidente do Conselho de Administração, Sr.ª Marlene Alves de Carvalho e Vieira, assumiria a Presidência da Empresa interinamente. Essa decisão possibilitou a manutenção da regular e adequada prestação de serviços à população, bem como dos compromissos e encargos assumidos.

No dia 29 de agosto de 2016, em sua 332ª Reunião, o Conselho de Administração se reuniu para a eleição de Diretor-Presidente, sendo eleito o Sr. José Carlos Siqueira, para ocupar o cargo, que esteve no cargo até o dia 16 de fevereiro de 2017. O senhor José Carlos foi substituído por Jalles Fontoura de Siqueira, que ficou no cargo até o dia 31/12/2018. Ou seja, houve célere adoção de medidas voltadas para a recomposição definitiva da Diretoria da Companhia, proporcionando aos acionistas, ao mercado e à população as seguranças jurídica e administrativa. Posteriormente, ocorreu a eleição dos demais integrantes da Diretoria Colegiada, a qual foi composta parcialmente por empregados de carreira da Saneago.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) que foram citados na operação foram destituídos dos cargos de confiança que ocupavam por meio da Resolução da Diretoria nº 123/2016, de 06 de setembro de 2016. Os que eram empregados de carreira foram afastados da empresa por 120 dias por determinação da Justiça. Esses empregados posteriormente retornaram do afastamento, porém, não possuem quaisquer poderes de decisão em nenhum departamento na Companhia, além de nenhum deles comporem mais a CPL. Os que não pertenciam à carreira, foram devolvidos aos seus órgãos de origem. Na mesma Resolução, foram designados novos membros para a comissão de licitações.

No dia 08 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia, por meio do Processo n.º 18.683/2016, autorizou a contratação de empresa para apurar internamente as irregularidades apontadas na Operação.

Em 26 de dezembro de 2016 foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 41/2016, em que se sagrou vencedora a empresa MACIEL AUDITORES S/S. O contrato foi assinado em 30 de janeiro de 2017, e o prazo estabelecido para a execução dos serviços foi de 60 (sessenta) dias. Em 22 de março de 2017 a auditoria contratada solicitou mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos serviços, pleito esse deferido pela Saneago ante respaldo técnico e jurídico.

O relatório da empresa contratada para realização dos trabalhos voltados para a apuração de eventuais irregularidades apontadas na Operação Decantação foi finalizado em 26 de abril de 2017, em que se apresentou conclusão pela licitude dos procedimentos licitatórios objeto dos trabalhos, inexistindo qualquer mácula capaz de viciar os respectivos certames.

De outra sorte, foi constatada no relatório a ausência de *compliance* sobre a execução de obras, o que ensejou a adoção de diversas medidas voltadas ao atendimento de verificação de não conformidade. Essas medidas proporcionaram uma evolução na gestão e execução de obras, inclusive no tocante ao controle de materiais, equipamentos e recebimento de obras, especialmente com a aquisição de sistema *Enterprise Resource Planning* - ERP.



Saneamento de Goiás S.A.

A partir de 10/11/2017, após alteração do Estatuto Social, foi instituído o Comitê de Elegibilidade Estatutário, o qual passou a fazer a análise de todos os indicados para assumir os cargos de Administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário, em atendimento à Lei 13.303/2016, fortalecendo ainda mais a segurança jurídica em relação aos administradores da companhia.

Outro ponto relevante é a adoção pela companhia do sistema eletrônico do Banco do Brasil para a realização dos pregões (licitações-e).

Em razão das tratativas levadas a efeito entre Ministério das Cidades, Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Caixa Econômica Federal (CEF), consórcio construtor (Contratado) e Saneago, houve a repactuação do contrato em relação aos valores das bombas, com a consequente assinatura de Termo Aditivo, o que possibilitou a efetiva retomada das obras da implantação do Sistema Produtor de Água Corumbá IV, atualmente em fase final da obra.

Quanto às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia, foi apresentada nota técnica/justificativa à CEF sobre o item “transporte”, o qual estava sendo questionado pela instituição financeira. Após análise e mediante autorização da CEF e do Ministério das Cidades, as obras foram retomadas inclusive aqueles referentes ao tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto Hélio Seixo de Brito.

A Companhia, visando a sua credibilidade perante os Acionistas, o Mercado e a população, entendeu pela necessidade de contratar serviço de Perícia Forense para, em conjunto com as conclusões da Maciel Auditores S/S, oferecer um ambiente dotado da segurança jurídica necessária e também dar conforto à emissão de opinião de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. Assim, promoveu a contratação da "Ernst & Young - EY", por meio dos Processos n.º 20.734/2017 e 2.474/2018, dos quais decorreram os contratos celebrados em 15 de dezembro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018, para promover a prestação de "Serviços Técnicos Especializados para Execução de Perícia Forense". Neste contexto também, foi instituído o Comitê de Auditoria Estatutário que, ante as suas atribuições, acompanhou e ajustou os planos de investigação juntamente a "Ernst & Young".

Na realização da perícia foram realizados os seguintes procedimentos:

- Coleta de dados e processamento das informações com metodologia e ferramenta forense específica;
- Levantamento das pessoas físicas e jurídicas investigadas pela Operação Decantação;
- Pesquisas detalhadas em fontes públicas para as empresas e indivíduos citados acima e nos relatórios da CGU - Controladoria Geral da União, TCU - Tribunal de Contas da União, MPF - Ministério Público Federal, entre outros;
- Background Check dos signatários que assinam a carta de representação;
- Elaboração de lista de custodiantes e de palavras-chave com base nas alegações para revisão de documentos e conflitos de interesse;
- Análise financeira e de engenharia de uma amostra de contratos celebrados no período de 2007 a 2017 ligados por semelhança ao objeto da investigação - execução de obras.

Também foi apresentado, ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), em agosto de 2018, o Relatório Final de Auditoria Forense, que foi apreciado pelo referido Comitê, em conjunto com Advocacia Independente, tendo sido concluída a análise em janeiro deste ano de 2019. Mesmo antes da referida conclusão, o CAE passou a adotar as medidas necessárias à confirmação dos achados indicados na auditoria forense, bem como para apuração de responsabilidade e eventuais aplicações de penalidades.



Saneamento de Goiás S.A.

O relatório em questão aponta a existência de alguns achados de auditoria acerca das seguintes matérias:

- i) achados quantificáveis, decorrentes de dados financeiros, contábeis e de gestão de assuntos de engenharia, tendo como período de referência os exercícios de 2007-2017, mediante análises de finanças, contratos, comparativo de preços, avaliação de preços unitários e outras transações;
- ii) procedimentos de pesquisa de dados e histórico pessoal e empresarial, visando a identificar relacionamentos e possíveis conflitos de interesses (*background check*).

Quanto aos achados quantificáveis, estes foram todos catalogados pelo CAE e encaminhados à Auditoria Interna da companhia, onde alguns já foram concluídos e os demais se encontram em sindicância para confirmação (ou não) de sua procedência, com necessária emissão de relatórios conclusivos.

No tocante ao *Background Check*, o Comitê de Auditoria Estatutário está acompanhando as investigações necessárias para a confirmação (ou não) das hipóteses apontadas no referido Relatório, que dizem respeito a supostos conflitos de interesses e/ou desvios de conduta, bem como quaisquer outras situações classificadas como irregulares ou com infração à ética ou outros valores importantes para a Companhia, com alguns relatórios já emitidos e aprovados pelo Conselho de Administração e com perspectiva de emissão de relatórios conclusivos.

Concomitantemente, a administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados. Em decorrência do processo de avaliação e de consistência do Relatório da EY e seus achados e de acordo com os levantamentos dos pagamentos adicionais supostamente indevidos feitos pela companhia a seus contratados, os impactos dos danos causados nas demonstrações contábeis da Saneago podem ser medidos ou avaliados considerando-se as seguintes premissas:

- a Saneago não tolera corrupção ou quaisquer práticas de negócios ilegais por parte de seus fornecedores, contratados ou prestadores de serviço, nem o envolvimento de seus empregados, dirigentes ou qualquer pessoa que, interna ou externamente à Companhia, exerça gestão ou detenha poder sobre a sua gestão, reputando tais práticas como danosas ao seu patrimônio e/ou imagem;
- a Companhia está realizando auditorias internas tendentes a qualificar e quantificar todos os danos apontados direta ou indiretamente no Relatório da EY, adotando também todas as medidas administrativas e representações que visem à reparação de tais danos;
- é impraticável quantificar o montante dos pagamentos supostamente adicionais de todos os contratos celebrados pela Companhia., no período considerado, sendo possível tão somente o cálculo de estimativas consistentes a partir da amostra disponível no Relatório da EY;
- A Companhia ainda não recuperou qualquer valor referente aos adicionais supostamente indevidos referentes a contratos objetos destas provisões e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento, ficando para quando de sua efetiva recuperação o reconhecimento como resultado dos recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Foram apontadas, no Relatório Final de Auditoria Forense, algumas possíveis irregularidades. O Relatório analisou 48 (quarenta e oito) contratos considerados prioritários, que totalizam uma base de pagamentos no valor de **R\$1.166.017.569,00** (um bilhão cento e sessenta e seis milhões, dezessete mil e quinhentos e sessenta e nove reais). A amostra se deu considerando pagamentos realizados a determinadas empresas no período de 2007 a 2017.



Saneamento de Goiás S.A.

Sobre essa amostra a auditoria forense apontou divergências que totalizariam **R\$74.426.982,00** (setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e novecentos e oitenta e dois reais), o que corresponde a um percentual de **6,383%** (seis inteiros e trezentos e oitenta e três milésimos por cento) do valor dos pagamentos da amostra.

Com efeito, a Companhia atualizou os dados referentes aos pagamentos supostamente adicionais feitos no período considerado, extrapolando-o para os demais pagamentos às empresas suscitadas no Relatório de Auditoria, que totalizaram a quantia de **R\$1.785.111.980,00** (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, cento e onze mil, novecentos e oitenta reais), sobre o qual foi aplicado o mesmo percentual, resultando um montante de **R\$113.943.821,00** (cento e treze milhões novecentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e um reais), a título de divergências estimadas que devem ser objeto de baixas (provisões).

O Conselho de Administração havia aprovado provisionamento, ainda em 31/12/2017, com base em achados constantes dos relatórios preliminares da auditoria forense, no montante de **R\$64.785.432,00** (sessenta e quatro milhões setecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Após a conclusão dos relatórios e análise de equipe multidisciplinar, dentre eles técnicos da Companhia e CAE, foi encontrado um razoável para complementar a provisão já existente, conforme demonstra no quadro a seguir:

Descrição		Em reais
Amostra (Período 2007/2017):		
Valor pago em Contratos Prioritários (Relatório EY)	A	1.166.017.570
Valor das Divergências apontadas no Relatório EY nos Contratos Prioritários	B	74.426.982
Relação % das Divergências X Pagamentos Prioritários	(B*100/A) C	6,383 %
Extrapolação da amostra ao universo dos contratos de obras (Período 2007/2017)		
Valor total pago em todos os contratos relacionados com a "Operação Decantação"	D	1.709.805.620
Valor total pago em contratos de empresas listadas em <i>Background Check</i>	E	75.306.360
Sub-Total	(D+E) F	1.785.111.980
Estimativa provisão s/contratos relacionados com a "Operação Decantação"	(F*C/100) G	113.943.821
Valor Provisionado em 31 de dezembro de 2017	H	64.785.432
Sub-Total	(G-D) I	49.158.389
Efeitos tributários sobre contratos lançados em resultado	L	4.550.663
Provisão complementar reapresentada em 01 de janeiro de 2018	(I+L) K	53.709.052

O processo judicial que apura os fatos no âmbito da operação da Polícia Federal denominada "Decantação" se encontra, ainda, em fase de recebimento da Denúncia ofertada pelo MPF.

Adicionalmente, considerando os fatos ocorridos nos dias 28 de março e 4 de abril de 2019, em que a Polícia Federal deflagrou os desdobramentos da 1ª operação, a Companhia divulgou comunicados ao mercado em que afirma o seguinte:

- Em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal, relacionada a fatos ocorridos no período de 2012 a 2016, a Saneago destaca que a atual gestão da Empresa tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e *compliance*, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia;
- Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implantação de uma série de políticas estratégicas, como a Política de Alçadas, documento que normatiza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade

da Companhia, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Atos de Corrupção;

- A Saneago informa ainda que permanece prestando toda a colaboração necessária às investigações e está resguardada das ações levadas a efeito, posto que a Companhia não é parte dos autos do processo. A Saneago está inteiramente à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos que venham a surgir e manterá o mercado informado oportunamente.

É importante destacar, também, que há menção, na Operação Decantação 3, de que algumas empresas citadas na 1ª. Fase da Operação estariam ainda celebrando contratos com a Saneago. Contudo, a Companhia confia nas medidas de governança adotadas após 2016, dentre as quais merecem destaque:

1. As gerências de *Compliance* e de Gestão de Riscos estão trabalhando na elaboração de matrizes de riscos em todas as contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1, 2 e 3, com o objetivo de clarificar os riscos aos quais a Saneago estaria exposta nesses contratos, bem como vislumbrar ações mitigatórias destes riscos;
2. A Gerência de *Compliance* está reestruturando o fluxo de indicação de cargos de gestão na empresa, conforme Deliberação de Diretoria Colegiada;
3. Foi realizado estudo sobre adequação do processo de Gestão de Contratos e Fornecedores ao Código de Conduta e Integridade da companhia, às Políticas de Prevenção de Atos de Corrupção, de Prevenção de Conflito de Interesse e ao Regulamento de Procedimentos de Contratação da Saneago, o que resultou na criação de duas declarações que são exigidas aos fornecedores.

As Gerências de Compliance e Gestão de Riscos realizou trabalho no qual consiste na elaboração de matrizes de riscos nas contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1,2,3, para diagnóstico do risco intrínseco, segundo a percepção do gestor, bem como a conscientização deste sobre os eventos de riscos na execução destes contratos, resultando em risco médio e alto para Saneago, no qual está sendo estabelecida medidas mitigatórias capazes de reduzir o risco.

Importante informar, também, que o Juiz condutor dos autos do processo criminal decorrente da operação denominada “Decantação - Fase 1” (Processo n.º0020618-15.2016.4.01.3500), em trâmite na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, proferiu decisão rejeitando a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, na medida em que entendeu, o referido Julgador, que a peça criminal inaugural não atendeu aos requisitos contidos no Código de Processo Penal para ser recebida pelo Poder Judiciário. Vale ressaltar que não se adentrou no mérito da denúncia, uma vez que o motivo da rejeição, cuja decisão ainda será analisada em grau recursal, se deu com base em não atendimento de requisitos formais previstos em lei.

Por último, cabe destacar que a Saneago foi uma das primeiras companhias do País a se adequar aos preceitos da Lei nº 13.303, de 29 de junho de 2016, inclusive no tocante à elaboração de normativa própria de contratações. Nesses termos, todas as companhias teriam o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem aos preceitos da referida lei. Desde o fim de 2016, então, diversas medidas internas foram adotadas no sentido de adequar a companhia a referidos preceitos, sendo que no início de 2018 as medidas determinadas no Estatuto das Estatais já estavam completa e efetivamente implantadas nas Saneago, ou seja, quase 6 meses antes do prazo final.



Saneamento de Goiás S.A.

Ricardo José Soavinski
Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld
Diretor Comercial

Silvana Canuto Medeiros
Diretora de Gestão Corporativa

Paulo Rogério Bragatto Battiston
Diretor Financeiro de Relações com Investidores e
Regulação

Wanir José de Medeiros Júnior
Diretor de Produção

Ricardo de Sousa Correia
Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Telles
Procuradora Jurídica

Elias Evangelista Silva
Contador CRC/GO 13.330

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A

Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Saneamento de Goiás S.A. ("Companhia" ou "Saneago"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneamento de Goiás S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5 às demonstrações contábeis, o qual descreve que a Companhia após a conclusão dos trabalhos da auditoria forense e conclusão do aprimoramento e adequação do seu processo de controles de estoques, procedeu os respectivos ajustes retrospectivamente para refletir correção de erros decorrentes de ajustes nas rubricas de Estoques, Tributos diferidos e Intangível. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

Conforme nota explicativa nº2.5, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas ao serviço, sendo reconhecidas há o cumprimento das obrigações de desempenho junto ao consumidor por meio do fornecimento de água. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras.

Para as transações de fornecimento de água da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pelo Órgão Regulador (Agência Goiana de Regulação – AGR).

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o “corte” de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº8 às demonstrações contábeis, a Companhia possui uma estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. Esse julgamento envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração a expectativa da Administração e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde totalizamos todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação das notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações na nota explicativa.

Estoques

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº9, às demonstrações contábeis, a Companhia no 2º trimestre de 2019 concluiu o aprimoramento, melhoria e adequação do seu processo de controles de estoques, com implantação do Sistema de Gestão – SAP, revisão da política de inventário físico e obsolescência de estoques e realização de inventário físico dos estoques em 30 de junho de 2019.

Pela relevância do assunto que anteriormente tratávamos como modificação em nosso relatório e pela reapresentação dos saldos anteriores decorrentes desse aprimoramentos dos estoques, conforme divulgado na nota explicativa nº5, entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria. Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram os seguintes procedimentos: Acompanhamento do inventário físico dos estoques, revisão do Rollback do inventário para as respectivas datas bases, Recálculo do reprocessamento dos custos médio dos estoques, e revisão da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para obsolescência dos estoques em 31 de dezembro de 2018. Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação das notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos apropriados, bem como os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas notas explicativas de 31 de dezembro de 2018.

Investigação em andamento pela Polícia Federal e Ministério Público Federal

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 38 às demonstrações contábeis, a Companhia divulgou fato relevante e comunicado ao mercado, informando sobre as ações da Operação Decantação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) com o objetivo de apurar a existência ou não de irregularidades em licitações promovidas pela Companhia, caracterizadas por possíveis alinhamentos e sobrepreços nos processos licitatórios, com possível superfaturamento nas execuções, que estariam ocasionando desvios de verbas públicas federais originárias do PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento e de financiamentos obtidos de instituições financeiras para execução de obras, bem como, atos praticados em desfavor da Administração Pública. Em dezembro de 2017 foi contratada empresa especializada, externa e independente a Companhia para apurar os efeitos e temas incluídos na investigação, e instituído o Comitê de Investigação que tem, dentre outras funções, de acompanhar e ajustar os planos de investigação da empresa independente. Os principais procedimentos realizados pela empresa especializada foram: coleta de dados e processamento de informações, Background Check e rede de relacionamento dos signatários que assinam a carta de representação e análise financeira e engenharia de contratos de obras, entre outros. Após a conclusão desses procedimentos a Companhia efetuou uma provisão para perdas em obras, que supostamente foram os gastos adicionais cobrados pelos Fornecedores nas obras realizadas pela Companhia. Pela relevância do assunto que anteriormente tratávamos como modificação em nosso relatório e pela reapresentação dos saldos anteriores decorrente do complemento da provisão de obras, conforme divulgado na nota explicativa nº5, entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria. Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram os seguintes procedimentos: Envolvimento dos nossos especialistas de auditoria forense para Acompanhamento (shadow Investigation) dos trabalhos realizados pela empresa independente contratada pela Companhia, Realização de Background Check e de rede relacionamento dos signatários da carta de representação, Identificação dos achados da empresa independente de auditoria forense e confronto com os saldos utilizados pela Companhia para estimativa da provisão, Revisão da metodologia adotada pela Administração para constituição da provisão de perdas em obras em 31 de dezembro de 2018. Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação das notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos apropriados, bem como a metodologia, os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas notas explicativas de 31 de dezembro de 2018.

Ativos Intangíveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº19 às demonstrações contábeis, a Companhia revisou durante o exercício corrente seus controles operacionais de identificação de obras já concluídas que deveriam estar registradas no ativo intangível e que envolve um elevado nível de controles por parte da Administração. Existem diversos tipos de transações que afetam a rubrica de intangível, tais como assinatura de novos contratos de concessões, municípios onde a Companhia deixou de operar ou não está operando temporariamente, avaliação do enquadramento dos contratos existentes na norma contábil de concessões, adições de novas infra-estruturas, e amortizações dos ativos que compõe o saldo de infra-estrutura construída. Pela relevância dos saldos registrados nesta rubrica, o potencial impacto financeiro resultante da assinatura ou quebra dos contratos de concessões vigentes, construções de novas infra-estruturas e amortizações dos saldos correntes, entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave existentes relacionados à novas adições de infra-estrutura, amortizações dos ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessões, novos e vigentes, e validação da margem de construção utilizada pela Companhia de forma a garantir a integridade, existência, precisão e valorização dos saldos classificados como ativo intangível. Efetuamos procedimentos através de amostras para verificar a documentação suporte das novas adições e sua elegibilidade à capitalização. Dentre as documentações verificadas incluí notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2018 e anos anteriores. Efetuamos o recálculo das amortizações reconhecidas durante o ano de 2018 e de anos anteriores e comparamos com os saldos registrados na contabilidade, avaliamos a transferência de ativos em construção para operação, efetuamos procedimentos de recálculo da margem de construção e fizemos uma avaliação técnica para concluir sobre a aderência dos contratos de concessões a respectiva norma contábil. Avaliamos a suficiência e a adequação das divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse tema.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis os saldos classificados como ativo intangível e suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº27 às demonstrações contábeis, a Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos do Plano, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas notas explicativas.

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia possui registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$244.063 em 31 de dezembro de 2018, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, baseado no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado dos lucros tributáveis futuros, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os lucros futuros da Companhia, de forma que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, tomadas em conjunto, por isso entendemos que essa área é relevante e teve uma atenção especial durante a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram os seguintes procedimentos: Indagação sobre as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios; Indagação sobre as principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais e a taxa de desconto; Avaliação da razoabilidade do custo de capital utilizado nas projeções; Avaliação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em perda por recuperabilidade desse ativo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5 às demonstrações contábeis, o qual descreve que a Companhia procedeu ajustes em relação a essas demonstrações contábeis, no qual emitimos originalmente nosso relatório de auditoria em 28 de março de 2019, com modificação relacionada ao seguintes assuntos: Divergência na quantidade de estoque e Investigação em Andamento pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, no qual foram devidamente ajustados. Esse relatório substitui o anteriormente emitido.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos áreas de risco de erro material que poderiam resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis.

2. Identificamos áreas de risco de erro material que poderiam resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis.

3. Identificamos áreas de risco de erro material que poderiam resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis.

4. Identificamos áreas de risco de erro material que poderiam resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis.

5. Identificamos áreas de risco de erro material que poderiam resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis. Essas áreas de risco de erro material são aquelas em que a ocorrência de erro material poderia resultar em distorções relevantes das demonstrações contábeis.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 18 de outubro de 2019

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 GO 001837/F-4

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O – S - GO

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo signatários, membros efetivos do Conselho Fiscal da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, declaram que se encontra em perfeita ordem e embasados no Relatório dos Auditores Independentes, são de opinião que as Demonstrações Financeiras anuais de 2018 Reapresentadas estão aptas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, para tal fim convocado.

Goiânia, 18 de outubro de 2019.

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente do Conselho Fiscal

Antônio Carlos de Souza Lima Neto

Conselheiro Fiscal

Levi de Alvarenga Rocha

Conselheiro Fiscal

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 2018 Reapresentadas

Revisamos as Demonstrações Financeiras - DFP relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2018 reapresentadas, da Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e baseado no material documental e nas discussões internas, concordamos que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, de resultado e financeira do período apresentado.

Goiânia, 18 de outubro de 2019.

Ricardo José Soavinski

Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld

Diretor Comercial

Silvana Canuto Medeiros

Diretora de Gestão Corporativa

Wanir José de Medeiros Júnior

Diretor de Produção

Paulo Rogério Bragatto Battiston

Diretor Financeiro de Relações com Investidores e Regulação

Ricardo de Sousa Correia

Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Telles

Procuradora Jurídica

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes referente às Demonstrações Financeiras de 2018 Reapresentadas.

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões sobre os resultados de auditoria do período findo em 31 de dezembro de 2018 Reapresentadas, da Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS.

Goiânia, 18 de outubro de 2019.

Ricardo José Soavinski

Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld

Diretor Comercial

Silvana Canuto Medeiros

Diretora de Gestão Corporativa

Wanir José de Medeiros Júnior

Diretor de Produção

Paulo Rogério Bragatto Battiston

Diretor Financeiro de Relações com Investidores e Regulação

Ricardo de Sousa Correia

Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Telles

Procuradora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	<p>A Administração da Companhia realizou ajustes em suas demonstrações contábeis em função da existência de deficiências em alguns controles e processos operacionais e financeiros relacionados as contas de estoques, obras e contingência.</p> <p>Tais ajustes foram realizados em consonância com os requerimentos do CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.</p>